



ESTADO DO PARANÁ

RELATORIO

APRESENTADO AO

Exmo. Sr. Dr. VIGENTE MACHADO DA SILVA LIMA
PRESIDENTE DO ESTADO DO PARANÁ

— POR —

Francisco Gutierrez Beltrão

Secretário d' Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação

1905



CURYTIBA

— TYPOGRAPHIA D' A REPUBLICA. —

1906



Como. Snr. Dr. Presidente do Estado.

Cabendo-me a honra de, em cumprimento a um preceito constitucional, apresentar a V. Ex. o relatório annual, referente a mil novecentos e cinco, dos serviços affectos á Secretaria de Obras Publicas e Colonisação, o farei com a certeza de ter empregado os maiores esforços para bem corresponder á confiança de V. Ex.

Nomeado por Decreto de 5 de Abril do anno findo, em substituição ao illustre Snr. Joaquim Procopio Pinto Chichorro Junior, chamado a superintender os negocios do importante Secretariado de Finanças, Commercio e Industrias, logo reconheci o valor da gestão de meu antecessor e procurei segui-la para bem auxiliar a V. Ex. na execução do programma administrativo que traz para este Estado da Federação Brasileira uma nova era de progredimento.

Secretaria d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação, em Curytiba, 12 de Janeiro de 1906.

Francisco Gutierrez Bellón.



Secretaria de Obras Publicas e Colonisação

Uma necessidade reclamada pelo desenvolvimento de nosso Estado, era a reorganisação d'esta Secretaria, com augmento de seu pessoal e tendo por base a diversidade e importancia dos multiplos negocios que lhe são affectos.

A Lei n. 585 de 16 de Março do anno findo veio attender ao interesse publico e para sua execução foi, por Dec. n. 123 de 4 de Abril, mandado observar o Regulamento, em que estão discriminados os trabalhos das duas Directorias que superintendem os negocios d'esta Repartição e os da secção especial de fiscalisação, que tem a seu cargo os serviços de saneamento e illuminação desta Capital. Em 3 de Abril foram nomeados os respectivos empregados e mandado ficar addido á Directoria de Obras e Viação, como auxiliar da 2.ª secção o então desenhista Marcos Leschaud e por Dec. n. 143 foi determinada a troca dos funcionarios que occupavam respectivamente os logares de archivista e official d'aquella Directoria. Somente o engenheiro civil Antonio de Barros Cavalcanti Filho não tomou posse do cargo para que fora nomeado e, vago assim o logar de engenheiro ajudante, foi, por Dec. n. 219, nomeado para o exercer o engenheiro civil Carlos José da Costa Pimentel.

Durante o anno foram concedidas licenças ao fiscal da illuminação, João Candido da Silva Muricy, para tratamento de sua saude e ao engenheiro ajudante, Carlos José da Costa Pimentel e ao official José Mathias Ferreira de Abreu, para tratarem de seus interesses.

O archivo continúa a ser devidamente organizado, tendo para elle passado, gradualmente, papeis existentes no archivo da antiga secção technica.

Devo aqui consignar o zelo e dedicação dos funcionarios d'esta Repartição; os directores deram andamento ao serviço com grande actividade e esclarecida intelligencia, os demais empregados exerceram as suas funções com nitida comprehensão de seus deveres.

Passadores de balsas

Por acto n. 7 foi nomeado Manoel Agapito Pereira para exercer esse cargo na balsa do rio Tibagy e por acto n. 15, foi nomeado João Candido Martins para iguaes funções no logar Cachoeira, do rio Iguassú.

Durante o anno houve o seguinte movimento de expediente :

Decretos	18
Officios do Exmo. Snr. Dr. Presidente.	3

Actos	67
Officios	1143
Circulares	2
Portarias	15
Titulos de lotes coloniaes	115
Idem de legitimação de posses	150
Idem de vendas de terras	37
Idem provisorios	196
Idem de nomeações	58
Apostillas	22
Termos de promessas	8
Registro de titulos de terras e outros	642
Contractos	15
Additamentos	2
Prorogações	4
Informações em autos	335
Certidões	75

Não constam da relação acima : lançamentos no livro da porta e nos protocollas das Directorias, pareceres e informações em requerimentos, copias de sentenças, editaes, resumo do expediente para publicação, etc.

Cabe-me agora apresentar a relação das despesas effectuadas durante o exercicio de 1904 á 1905.

Creditos Orçamentarios

Lei n. 566 de 8 de Abril de 1904, art. 5.

	CREDITOS	DESPEZAS	SALDOS
§ 1.º Secretaria	57:880\$000	57:880\$000	
§ 1.º Expediente	2:500\$000	2:500\$000	
§ 1.º Fretes e passagens	1:000\$000	1:000\$000	
§ 1.º Despezas com telegrammas	500\$000	28\$952	471\$048
§ 1.º Publicação de actos officiaes	6:000\$000	6:000\$000	
§ 2.º Catechese	3:000\$000	971\$870	2:028\$130
§ 3.º Obras Publicas em Geral	311:460\$132	311:460\$132	
§ 4.º Eventuaes	1:000\$000	580\$800	419\$200
§ 5.º Illuminação da Capital	80:334\$060	77:925\$400	2:408\$660
§ 6.º Auxilios e subvenções	9:000\$000	9:000\$000	

Creditos extra-orçamentarios

I Creditos supplementares :

Dec. n. 191, de accordo com a letra J das Disposições Transitorias da Lei n. 566 ; é transportada para a verba «Fretes e passagens», da verba consignada no § 2.º do art. 5.º da Lei n. 566, a quantia de .

1:000\$000	577\$540	422\$460
------------	----------	----------

Dec. n. 302, de accordo com a letra G do art. 2.º das Disposições Transitorias da Lei n. 566 ; é levada á conta da verba «Obras Publicas em Geral» o saldo verificado no § 5.º do art. 4.º da referida lei .

151:500\$000	33:389\$889	118:110\$111
--------------	-------------	--------------



II Credito extraordinario :
 Dec. n. 177, de accordo com o art.
 2.º da Lei n. 583 ; para pagamen-
 to de vencimentos de empregados
 d'esta Secretaria 5:134\$444 5:134\$444

III Credito especial :
 Dec. n. 197, conforme a Lei n. 602 ;
 para pagamundo á João Moreira
 do Couto 19:400\$000 19:400\$000

A arrecadação das rendas provenientes de serviços que correm por esta
 Secretaria produzio rs. 275:754\$525, assim discriminados :

Divida colonial :		
Lotes	33:575\$664	
Sellos para os titulos	<u>2:420\$000</u>	35:995\$664
Legitimação de posses :		
Sellos	7:030\$000	
Excessos	3:623\$000	
Imposto (Reg. art. 32)	22:673\$000	
Idem (Lei n. 333 de 16 de Março de 1900)	4:531\$000	
Titulos e respectivos registros.	6:000\$000	
Multas (Lei n. 392 de 22 de Março de 1901)	<u>694\$000</u>	44:551\$000
Vendas de terras :		
Titulos definitivos	132:072\$334	
Idem provisórios	<u>56:521\$827</u>	188:594\$161
Diversas :		
Sellos para titulos provisórios.	135\$000	
Idem para autos e requerimentos	2:810\$000	
Idem para contractos.	340\$000	
Porte ao correio	342\$000	
Aforamentos.	728\$700	
Sellos para nomeações e termos	850\$000	
Certidões	<u>908\$000</u>	6:613\$700
Total.		<u>275:754\$525</u>

TERRAS

Conforme determinação da Lei n. 581 de 16 de Março, foram extintos os Commissariados de Terras e prorogado até 31 de Dezembro, o prazo concedido para serem requeridas as legitimações de posses e revalidações de sesmarias e concessões. Muitos são os requerimentos ora existentes n'esta Secretaria e poucas medições puderam ser feitas, durante o anno, pelos commissarios ad-hoc para esse fim nomeados. Torna-se preciso providenciar no sentido de serem processadas todas essas medições requeridas e verificadas as terras pertencentes ao Estado, discriminando-se o dominio publico do particular.

De accordo com a Lei n. 581 acima citada, deverão ser declaradas devolutas às terras que fazendo parte de posses ou sesmarias não legalizadas, não estiverem effectivamente cultivadas e occupadas ; virá isto facilitar a acção do Governo no povoamento de zonas riquissimas, ora entregues ao

abandono. O registro, por municípios, das propriedades territoriaes, com indicação dos títulos legítimos de domínio e com seus valores reaes, parece-me ser uma necessidade reclamada para consolidação dos direitos dos particulares e desenvolvimento da riqueza publica.

Alguns dos antigos commissarios teem sido intimados a organisarem diversos autos de medições de terras por que se tornaram responsaveis e em 28 de Março se sollicitou do illustre Sr. Dr. Secretario do Interior, Justiça e Instrução Publica, providencias no sentido de ser processado o ex-commissario engenheiro Augusto Vieira Pamplona, que conservava, irregularmente, autos em seu poder. Em andamento o processo, foram entregues esses autos reclamados e em vista d'isso foi pelo Snr. Dr. Juiz de Direito da 1.^a vara d'esta Capital, terminada esta acção por uma sentença absolutoria.

No decurso do anno findo foram assignados os seguintes contractos de aforamentos de terras :

Em 30 de Março, por Fernando Roderjan ; logar denominado «Rincão do Taquary» do municipio de Ponta Grossa, com a área de 5.091,368m².

—Em 1.^o de Abril, por João Carneiro Ribas ; logar denominado «Lagoa Grande do municipio de Ponta Grossa, com a área de 65.475m².

—Em 28 de Junho, por Manoel Xavier Pereira ; logar denominado «Rio Verde» do municipio de Ponta Grossa, com a área de 6827456m².

—Em 30 de Junho, por Paulo Nadal, João Nadal, Domingos Nadal, Santo Nadal e Bortolo Nadal ; logar denominado «Rio Verde» do municipio de Ponta Grossa, com a área de 10760366m².

—Em 3 de Agosto, por Domingos Barthe ; 2000000m², demarcados no municipio de Guarapuava.

—Em 20 de Agosto, por Nunez y Gibaya ; 2000000m², demarcados no municipio de Guarapuava.

—Em 25 de Setembro, por Anacleto Pereira Bueno ; logar denominado «Botuquara», do municipio de Ponta Grossa, com a área de 65110026m².

Transferencias de aforamentos :

Em 8 de Março, da Invernada Pau Furado, no municipio de Ponta Grossa, de propriedade de D. Libania Carneiro Guimarães de Bittencourt, ao Dr. Manoel Marques Leal Pancada, que em 2 de Outubro passou o seu direito em favor do Dr. Sergio Francisco de Souza Castro.

—Em 8 de Maio, de terrenos situados na colonia Adelaide, do municipio de Conchas, de propriedade de Amantino de Almeida e Silva, á Manoel Candido Antunes, que, em 5 de Julho os transferiu á Theophilo Alves da Cunha.

—Em 19 de Agosto, de uma parte da fazenda Lago, no municipio de Palmeira, de propriedade de José Baptista Pereira, á Nicolau Joel de Camargo.

Até esta data não foi satisfeito o pagamento de um terço do valor das terras concedidas, por Lei n. 610 de 6 de Abril, á Jorge Schimmelpfeng e Cenion Bjerke, para obtenção do título provisorio de propriedade.

Foram expedidos cento e cincoenta (150) títulos de legitimação de posses, com a área total de 740216283 metros quadrados e bem assim trinta e sete (37) de vendas de terras, com a area total de 924.934.177 metros quadrados.



Quadro dos títulos provisórios sobre compras de terras :

Municípios	N. dos títulos	Area em hectares
Conchas	2	378
Entre Rios.	2	20
Guarakessaba.	2	60
Itararé	2	232
Jacarézinho	3	1610
Palmas	1	100
Paranaguá.	2	70
Rio Negro.	11	501
Tibagy	1	240
	<u>26</u>	<u>3.203</u>

Immigração — Colonisação

As condições climatericas, a qualidade das terras, o systema de colonisação do Paraná, bem justificam os continuos pedidos de informações sobre os recursos de que se dispõe para accommodação de immigrants que, espontaneamente, venham desejosos de se tornarem pequenos proprietarios territoriaes, para, identificados com o nosso meio, concorrerem para o desenvolvimento d'este Estado. No anno findo foi insignificante a corrente immigratoria e deu-se isto, em grande parte, á falta de lotes demarcados, em numero sufficiente e ligados por boas estradas a centros consumidores ; julgo de grande necessidade a fundação de um novo nucleo colonial, de fórma a ficar o Governo em condições de promptamente localisar em bons lotes, familias immigrants que para isso peçam a sua acção. Parece-me tambem preciso a reunião em folhetos de dados proprios a se fazer conhecer o nosso Estado, sob o ponto de vista colonial, com discripção da amenidade de seu clima, da grande fertilidade de suas terras e da viação tão necessaria á exploração de suas riquezas ; alem da publicidade das condições de vendas de lotes coloniaes, seria conveniente se colligir tambem os dispositivos legais que digam respeito á emprezas de colonisação.

Por Dec. n. 68 foi creado o logar de director cobrador da colonia do Rio Claro e providenciado para o desenvolvimento de tão grande centro de trabalho agricola ; breve seguirá um auxiliar d'esta Secretaria, com a incumbencia de fazer os estudos para construcção de uma estrada carroçavel entre a séde da colonia e as estações proximas da Estrada de ferro S. Paulo Rio Grande.

Está exercendo esse logar de director cobrador o Snr. Jorge Jeppert, que tem procedido á rectificação das areas de diversos lotes e estuda os melhoramentos indispensaveis ao progredimento de tão fertilissima zona.

Em 15 de Fevereiro foram destinadas á fundação de uma colonia, as terras devolutas da margem do rio do Peixe, attendendo-se a necessidade de promover o povoamento do rico municipio de Palmas.

Por acto de 16 de Março foi determinado que para quaesquer rectificações de lotes, deverão preceder requerimentos dos interessados e dirigidos á esta Secretaria, com informações dos respectivos cobradores.

Somente os cobradores da divida colonial de Prudentopolis e Rio Claro tendo satisfeito a fiança ordenada pelo art. 5.º do Regulamento expedido em

28 de Julho de 1904, foram dispensados todos os demais. Foram depois nomeados para exercerem estas funções e prestaram na Secretaria d'Estado dos Negocios de Finanças, Commercio e Industrias as necessarias fianças, os Snrs. Rodolpho Wolff, nas colonias de S. Matheus, João Westphalen, nas da Lapa, José Baptista de Souza, nas da Palmeira, Seraphim Ferreira do Amaral, nas do Rio Negro e Fernando Restorff, nas do Serro Azul, continuando como fiscal geral o Snr. Frederico Fowler.

Muitas são as colonias existentes no Estado e faltando n'esta Repartição dados indispensaveis a serem fornecidos aos cobradores e mesmo a servirem de base às informações pedidas á Directoria que superintende esses serviços, afim de se terminar com as seguidas reclamações sobre divisas, areas e classificação dos lotes, foi resolvida a organização, morosa porem de bons resultados, da estatística actual de cada colonia, fazendo-se as rectificações reclamadas e os assentamentos das quantias pagas pelos colonos, expedindo-se titulos provisorios ou definitivos, conforme o valor dos pagamentos satisfeitos.

Novas plantas das colonias estão sendo feitas, por estarem as antigas muitissimo estragadas e ao mesmo tempo se faz uma redução de cada uma d'essas plantas para ficarem annexadas á estatística. Estes trabalhos tiveram começo pelas colonias do municipio d'esta Capital e estão em regular andamento.

Breve seguirá para a colonia Antonio Olyntho um auxiliar d'esta Repartição ; irá iniciar o trabalho de regularisação d'essa colonia, sita no municipio da Lapa, fazendo terminar as muitas questões existentes e estudar os melhoramentos materiaes de que ella necessita, parecendo-me digno de attenção o pedido de construcção de uma estrada carroçavel que ligue a colonia á S. Matheus, onde terão escoamento os seus productos.



DIVIDA COLONIAL

Cobrança effectuada de 1.º de Janeiro á 31 de Dezembro de 1905

(1)

COLONIAS	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1 Antonio Olyntho.			55\$000	36\$000		228\$500	375\$000	219\$000				20\$000	522\$500
2 Assunguy . . .			14\$875					57\$370				467\$250	950\$500
3 Agua Branca.												212\$330	212\$330
4 Euphrosina . . .	329\$918	120\$829	3.142\$884	60\$000	1.332\$245	185\$290	60\$000	5\$000	3.219\$473	2.483\$457	1.334\$181	762\$760	13.790\$058
5 Lucea . . .		1.390\$058				473\$225	185\$500	648\$500	934\$900	354\$500	5\$000	50\$000	370\$790
6 Maria Luiza . . .										4.744\$335	346\$200	15\$000	409\$500
7 Maria Augusta			2.129\$650	20\$000	1.322\$765	614\$340	961\$350	648\$500	934\$900	4.744\$335	346\$200	15\$000	13.935\$384
8 Prudentópolis.	185\$200	2.154\$259	5\$000	20\$000		473\$225	961\$350				20\$000		25\$000
9 Palmyra . . .										45\$000			45\$000
10 Presidente Faria						614\$340	319\$900	322\$200	351\$000	286\$800	339\$000		2.233\$740
11 Rio Claro . . .				208\$700		520\$960							729\$860
12 São Lourenço.						159\$750							159\$750
13 Sesmaria . . .							96\$427						96\$427
14 Santa Barbara							185\$600			566\$250	185\$440		370\$940
15 Santa Cruz . . .							10\$000						10\$000
16 Santo Padre . . .													566\$250
17 São Mathheus . . .											219\$224		219\$224
18 Santa Candida . . .						188\$060							188\$060
19 Taquary . . .						709\$804							708\$804
20 Tyrol . . .													
Somma . . .	515\$118	3.665\$146	5.347\$409	324\$700	2.655\$010	3.080\$429	2.193\$677	1.252\$075	4.505\$373	8.480\$342	2.449\$045	1.527\$340	35.995\$664

Títulos definitivos . . . 115
 » provisórios . . . 170
 Requerimentos despachados . . . 377

2.ª Secção de Terras e Colonisação, 2 de Janeiro de 1906.—Escrivo Martins Franco, 1.º Official.



MINERAÇÃO

O Governo Federal incumbiu uma mui distincta commissão de fazer o estudo da região carbonifera do sul do Brazil, já tendo sido iniciados diversos trabalhos para determinação da bacia hulheira do Estado. A 50 kilometros, approximadamente, da villa de Tibagy, foram encontrados dous afloramentos de uma mesma camada de carvão e na região do Iraty foi constatada a existencia de terreno carbonifero por um afloramento de schisto preto com fosseis caracteristicos. No terreno Cedro do municipio do Imbituva, onde se encontra uma jazida de bom carvão, está sendo feita uma sondagem, iniciada em Maio ultimo e que já attingiu a 110 metros, afim de se conhecer se existem camadas mais profundas e espessas. Breve será continuado este trabalho e serão iniciadas diversas sondagens na zona comprehendida entre Iraty e Teixeira Soares e é de esperar que desses estudos se evidencie a importancia economica da exploração da nova industria, para maior desenvolvimento do Paraná.

Faz parte d'aquella commissão o illustre Snr. Dr. Benedicto dos Santos, actualmente n'esta Capital; á sua gentileza devo o conhecimento dos dados que apresento.

Por Lei n. 608 de 6 de Abril foi prorogado por um anno, o prazo para inicio, pelo concessionario Dr. Jorge Eisembach, dos serviços definitivos de exploração de mineraes existentes em terrenos devolutos do municipio do Rio Negro, sendo assignado o respectivo termo em 15 de Maio.

Por despacho de 17 de Março foi concedido á Jorge Augusto Sounis o prazo de um anno para estudos de mineraes em terras devolutas do municipio de Guarakessaba, sendo assignado em 6 de Julho o respectivo termo.

Terminou a 18 de Junho o prazo concedido á José Pires de Souza e Silva, Manoel Lisboa e Jayme Ballão para apresentação dos estudos para exploração de mineraes no municipio do Tibagy; a planta e memoriaes com que era pedida a concessão definitiva, não satisfazião as exigencias legais, não tendo assim sido possivel se lavrar o respectivo contracto.

OBRAS PUBLICAS

I—EDIFICIOS

Cabendo a esta Secretaria informar sobre valores e situações de proprios estadoaes, será conveniente a descripção exacta e minuciosa, em livro especial, de cada edificio, ahi se inscrevendo as alterações por que passarem e os destinos que lhes forem dados. Como complemento a este registro, está o desenhista da Directoria de Obras e Viação com a incumbencia de, sem prejuizo dos trabalhos que lhe forem determinados pelo respectivo Director, fazer o desenho completo de cada um dos edificios.

Durante o anno foram executados diversos trabalhos, de pequena monta, nos edificios das Secretarias, Superior Tribunal de Justiça, Junta Commercial,

Junta de Hygiene, Tabellionatos, Gymnasio e Palacio da Presidencia ; adiante vão especificados os que, por sua natureza, merecem mais detalhada menção.

GRUPO ESCOLAR « DR. XAVIER DA SILVA »

A 18 de Fevereiro foram concluidos os serviços, orçados em rs. 3:858\$325, mandados fazer n'este edificio ; d'elles se encarregou o Snr. André Petrelli, competentemente autorisado por officio sob n. 40 de 16 de Janeiro.

JARDIM DA INFANCIA

Em data de 4 de Fevereiro e por officio n. 65, foi incumbido o engenheiro civil João David Pernetta de reformar o antigo edificio do Gymnasio Paranaense e de fórma a adaptal-o para o Jardim da Infancia. Em Novembro foram concluidos os trabalhos, em que se despendeu rs. 17:401\$030.

ESCOLA TIRADENTES

Para execução dos concertos e pintura de que carecia este proprio estadual, foi, em 29 de Junho, firmado um contracto com os Snrs. Affonso Guilhermino Wanderley e Frederico Segmüller e reconhecendo-se a necessidade de certos melhoramentos, orçados em rs. 645\$840, foram esses mesmos Snrs. encarregados de os effectuar. Eis as clausulas do contracto :

Primeira (1.ª) — Os contractantes Affonso Guilhermino Wanderley e Frederico Segmüller obrigam-se a proceder aos concertos necessarios no edificio da Escola Tiradentes, desta capital, bem como a respectiva pintura, de accordo com o orçamento organizado por esta Secretaria e instruções que lhes forem fornecidas para a perfeita execução daquelles trabalhos.

Segunda (2.ª) — O prazo para inicio dos serviços será de tres dias e o para a sua terminação será de dois mezes, tudo a contar da data do presente contracto.

O primeiro prazo é improrogavel e o ultimo só poderá ser prorogado por dois mezes, devido a motivos de força maior. Findo o prazo desta prorogação e não se achando terminados os trabalhos a que se obrigam os contractantes, ficam elles sujeitos a uma multa diaria de rs. (20\$000) vinte mil réis por espaço de dois mezes, findo o qual será rescindido o presente contracto, sem indemnisação alguma aos contractantes.

Terceira (3.ª) — Os contractantes sujeitam-se ás disposições contidas no Acto n. (28) vinte e oito de vinte e sete de Novembro de mil novecentos e um, em tudo que não contrariar as clausulas do presente contracto.

Quarta (4.ª) — O valor do presente contracto é de rs. (2:646\$651) dous contos seiscentos e quarenta e seis mil seiscentos e cincoenta e um réis, cujo pagamento integral será requisitado á repartição competente, logo que estejam terminados os trabalhos a que se obrigam os contractantes e depois de devidamente recebidos por esta Secretaria.

Quinta (5.ª) — As obras serão fiscalizadas por um auxiliar tecnico desta Secretaria, a cujas indicações, dentro das clausulas do presente contracto, os contractantes ficam obrigados a darem fiel cumprimento.

Sexta (6.ª) — O sello devido, pelo presente contracto, no valor de rs. 70\$800 será descontado na occasião do pagamento a que tiverem direito os contractantes.

E para constar eu, Affonso Cicero Sebrão, auxiliar tecnico de primeira classe da 2.ª secção da Directoria de Obras e Viação, lavrei o presente contracto, em que com o Secretario de Obras Publicas e Colonisação, Dr. Francisco Gutierrez Beltrão, assignam os contractantes Affonso Guilhermino Wanderley e Frederico Segmüller.

Francisco Gutierrez Beltrão.—Affonso Guilhermino Wanderley.—Frederico Segmüller.

ESCOLA OLIVEIRA BELLO

Foram orçadas as obras de que necessitava este edificio e firmou-se em 29 de Setembro com o Snr. Antonio Xavier Pombo um contracto para que fossem ellas effectuadas. Clausulas d'esse contracto :

1.ª — O contractante obriga-se a proceder aos concertos de que necessita o edificio da Escola Oliveira Bello, de accordo com o orçamento organizado por esta Secretaria e as instruções que lhe forem fornecidas para a boa execução do serviço.

2.ª — O prazo para o inicio dos trabalhos será de cinco dias e o prazo para a sua terminação de dois mezes, a contar da data da assignatura do presente contracto. O primeiro prazo é improrogavel e o ultimo só poderá ser prorogado por dois mezes, caso haja motivo de força maior. Findo o prazo



desta prorrogação e não se achando concluídos os referidos trabalhos, será o presente contracto rescindido, revertendo a favor do Estado tudo o que estiver feito, sem lhe resultar esse onus algum, o que igualmente sucederá desde que não sejam tomadas em consideração as allegações produzidas para a supradita prorrogação.

3.º — O valor do presente contracto é de 1:740\$035, ahí incluída a quantia de ... relativa aos serviços não previstos no orçamento, cujo pagamento será requisitado á repartição competente, logo depois do necessario exame tecnico dos trabalhos e da sua definitiva recepção por parte desta Secretaria.

4.º — O contractante sujeita-se a todas as disposições contidas no Acto n. 23 de 27 de Novembro de 1901 em tudo que não contrariar ás clausulas do presente contracto.

Pagou de sello a quantia de rs. 63\$000. E para constar eu Ignacio de Almeida Faria, official da Directoria de Obras e Viação, lavrei o presente contracto em que com o Exmo. Secretario de Obras Publicas e Colonisação, Dr. Francisco Gutierrez Beltrão assigna o contractante Antonio Xavier Pombo.

Francisco Gutierrez Beltrão.—Antonio Xavier Pombo.

CONGRESSO ESTADUAL

Tendo o Snr. Dr. Secretario do Congresso Legislativo communicado ser de grande necessidade alguns reparos e pintura no edificio do Congresso, foram esses trabalhos orçados em rs. 2:800\$000 e por officio de 3 de Agosto foi o mesmo Snr. Dr. Secretario autorizado a mandal-os executar.

MUZEO PARANAENSE

A pintura geral d'este edificio foi entregue ao Snr. Edmundo Shelfi, ficando concluída em 17 de Novembro; o valor do orçamento foi de rs. 988\$000.

NECROTERIO PUBLICO

Tendo o Governo acceito os terrenos que lhe foram cedidos pela Santa Casa de Misericordia para ahí se construir um necroterio publico, foi organizado o respectivo orçamento e por officio sob n. 52 de 2 de Fevereiro se autorizou o Exmo. Snr. Provedor d'aquella caridosa instituição a mandar proceder a realisação dos trabalhos, no valor de rs. 6:315\$881.

Verificada posteriormente a necessidade da construcção de um muro com gradil de ferro, da acquisição de mesas e diversos aparelhos indispensaveis para o trabalho anatomico, foi o primitivo orçamento elevado á rs. 10:245\$737 e, terminados os serviços, fez-se entrega do edificio á Secretaria do Interior, Justiça e Instrucção Publica.

CADEIA DO RIO NEGRO

Por officio sob n. 92 de 16 de Fevereiro foi autorizado o Snr. Prefeito Municipal do Rio Negro a mandar proceder aos reparos necesarios no edificio da cadeia; em 14 de Abril foram concluídos esses trabalhos, orçados em rs. 1:180\$374.

CASA ESCOLAR DA LAPA

O Snr. Martim Meister foi, por officio de 30 de Marco, autorizado a proceder a reconstrucção deste edificio e a 4 de Setembro, em que se fez um segundo exame no predio, autorisou-se o Snr. Prefeito Municipal da Lapa a mandar completar o que estava faltando para perfeita execução das especificações contidas no respectivo orçamento. A 12 de Junho tinha sido o Snr. Prefeito autorizado a mandar fazer a calçada nos tres lados correspondentes ás ruas que limitam o terreno da casa escolar, despendendo-se com todos os serviços a quantia de rs. 7:299\$550.

QUARTEL DO REGIMENTO DE SEGURANÇA

Com o abaixamento da rua fronteira a este proprio do Estado, foi encarregado o engenheiro chefe da fiscalisação de aguas e esgotos de dirigir os trabalhos de fortalecimento dos alicerces e da execução dos reparos de que carecia o edificio. De tal ordem foram esses trabalhos que não puderam ficar concluidos, podendo-se porem agora assegurar a estabilidade do predio; foram reconstruidos por completo os alicerces da frente e da ala occupada pelo Regimento.

CADEIA PUBLICA DA CAPITAL

Continua em uma das alas do Quartel do Regimento de Segurança, sem as condições de hygiene necessarias. Para se attender á urgente necessidade de sua remoção foi lavrado o seguinte contracto :

Aos vinte oito dias do mez de Abril de mil novecentos e cinco, presentes n'esta Secretaria d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação, o Sr. Dr. Francisco Gutierrez Beltrão, Secretario da mesma repartição, por parte do Governo do Estado, e o Revd^o. Monsenhor Alberto José Gonçalves, provedor e como representante da Santa Casa de Misericordia d'esta cidade, declarou o senhor Secretario que, em virtude da autorisação contida na letra A, do art. 3.^o das Disposições Transitorias da Lei n. 611 de 6 de Abril do corrente anno e por determinação do Exmo. Sr. Dr. Presidente do Estado, manda lavrar o presente contracto com a Santa Casa de Misericordia para acquisição do predio onde funciona o Azylo de Alienados, observando-se as seguintes clausulas :

1.^o A irmandade da Santa Casa de Misericordia de Curytiba obriga-se a entregar, no prazo de dezoito (18) mezas a contar da data da assignatura do contracto, o edificio do Azylo de Alienados, ao Estado, para este adaptal-o a uma Penitenciaria.

A) com o edificio serão entregues todos os seus pertences e dependencias, isto é, tudo que ahi exista actualmente, com excepção da rouparia e pharmacia.

2.^o Uma commissão nomeada por esta Secretaria se entenderá com a administração da Santa Casa de Misericordia de forma que dentro de dois mezas, a contar da data deste contracto, seja entregue ao Estado uma relação geral de todos os bens que lhe virão a pertencer, de accordo com a clausula anterior com especificação detalhada dos preços.

A) Os preços para acquisição por parte do Estado, quer do edificio, quer de tudo que ahi exista, serão os que tenham sido satisfeitos pela Santa Casa de Misericordia, conforme consta dos respectivos livros de assentamento, que serão exhibidos á commissão do governo para desempenho da obrigação da presente clausula.

3.^o Findo o prazo de que trata a clausula primeira e para cumprimento de que ella preceitua, será nomeada por esta Secretaria, uma commissão que para o seu trabalho se bascará na relação a que se refere a clausula anterior.

A) Si tal commissão encontrar desacordo entre o existente no Azylo que vai ser entregue ao Governo e a relação que lhe for fornecida, especificará essas faltas, as quaes serão immediatamente sanadas pela Santa Casa de Misericordia.

B) As duvidas que possam apparecer serão resolvidas pelo Secretario de Obras Publicas com recurso para o Exmo. Sr. Dr. Presidente do Estado.

4.^o O Estado obriga-se entregar á Santa Casa de Misericordia, a partir do mez de Julho, proximo futuro, a quota mensal de réis, (10:000\$000) dez contos de réis, até final pagamento da importancia total especificada na relação de que trata a clausula segunda.

5.^o O Estado auxiliará a Santa Casa de Misericordia, na acquisição do terreno, que esta fizer para a construcção do novo edificio do Azylo, com a quantia de cinco contos de réis (5:000\$000).

6.^o Desde já, ou quando julgar conveniente e uma vez que não seja perturbado o serviço no Azylo, poderá o Estado, dentro do prazo de que trata a clausula primeira, iniciar os trabalhos de adaptacão do edificio á Penitenciaria.

E para que produza todos os efeitos legais, assignam o presente contracto o Sr. Dr. Francisco Gutierrez Beltrão, Secretario de Obras Publicas e Colonisação e o Monsenhor Alberto José Gonçalves, provedor da Santa Casa de Misericordia, commigo Affonso Cicero Sebrão, engenheiro auxiliar tecnico de primeira classe da segunda secção da Directoria de Obras e Viação, que o escrevi. Francisco Gutierrez Beltrão.—Monsenhor Alberto José Gonçalves.

De accordo com a clausula 2.^o, possui esta Secretaria uma relação dos bens que vão passar para o dominio do Estado no valor de rs. 269:991\$591.

II—PONTES, PONTILHÕES, ETC.

Alem das reconstrucções relativas a estas obras, que em epocas normaes teem merecido accurada attenção dos poderes publicos, houve grande acrescimo de



trabalho, com urgentes reconstruções de pontes e pontilhões, muitíssimo danificados pelas grandes enchentes dos rios, em meados do anno que se finda. Vão adiante especificados os trabalhos executados durante o anno de 1905, inclusive alguns já iniciados no anno anterior.

PONTE SOBRE O RIO BARIGUY

Por contracto lavrado em Dezembro de 1904 com o Snr. Sebastião Müller, foi reconstruida esta ponte, entregue a 11 de Maio, ao transito publico. Está situada no km. 5 da estrada de Matto Grosso, tendo dous vãos de 11, m80 e o seu corpo, todo constituido de madeira de lei, assenta sobre encontros de alvenaria de pedra e sobre um cavallette formado por estacas convenientemente travejadas.

PONTE SOBRE O ITAQUY

Por estar esta ponte em completo estado de ruinas, foi, a 6 de Setembro, lavrado contracto com o Snr. Aristides Padilha, para proceder á sua reconstrução, aproveitando os encontros de alvenaria de pedra.

Terminado o trabalho, no km. 39 da estrada de Matto Grosso, foi feito a 4 de Novembro, o recebimento por parte d'esta Secretaria. Eis as clausulas do contracto :

Cláusula 1.ª — O contractante obriga-se a reconstruir a ponte de 17, m90 de vão sobre o rio Itaquy, na estrada de Matto Grosso, na conformidade do projecto e orçamento organizados por esta Secretaria, bem como de accordo com as instruções que lhe foram fornecidas.

2.ª — O prazo para o inicio dos trabalhos será de cinco dias e o prazo para sua terminação de dois mezes, tudo a contar da data do presente contracto. O segundo poderá ser prorogado por mais dois mezes, attendendo á motivos de força maior, não podendo então haver mais prorogação e sendo o presente contracto rescindido sem onus algum para o Estado, caso não tenham sido concluidos os trabalhos.

3.ª — O valor do presente contracto é de rs. 1:403\$500, cujo pagamento será requisitado á repartição competente, logo após o necessario exame tecnico dos trabalhos e da sua definitiva recepção por parte desta Secretaria.

4.ª — O contractante sujeita-se ás disposições contidas no Acto n. 28 de 27 de Novembro de 1901 em tudo que não contrariar as clausulas do presente contracto.

5.ª — O sello devido pelo presente contracto no valor de rs. 63\$200 será descontado na occasião do pagamento a que tiver direito o contractante. E para constar eu Ignacio de Almeida Faria, official da Directoria de Obras e Viação lavrei o presente contracto em que com o Secretario de Obras Publicas e Colonisação, Sr. Dr. Francisco Gutierrez Beltrão, assigna o contractante Aristides Padilha.

Francisco Gutierrez Beltrão.—Aristides Padilha.

PONTES SOBRE OS RIOS PUGAS E CASCAVEL

Existentes na estrada de Matto Grosso, foram damnificadas pelas enchentes e reconstruidas pela quantia de rs. 295\$000, sob a administração do Snr. Prefeito Municipal de Palmeira.

PONTE SOBRE O RIO ATUBA

Sita no km. 8 da estrada da Graciosa e reconhecida a necessidade de sua reconstrução, foi o Snr. Coronel Eugenio Wirmond, por officio n. 248 de 31 de Maio, incumbido d'esse trabalho, orçado em 749\$490. Os encontros são de alvenaria de pedra com argamassa de cal e cimento e o vão é de 5 metros.

PONTE SOBRE O RIO PITANGUY

Em data de 8 de Agosto foi o Snr. Prefeito Municipal de Ponta Grossa, autorizado a mandar proceder aos reparos de que carecia esta ponte, na estrada de Ponta Grossa a Castro; despenden-se rs. 242\$900.

PONTE SOBRE O RIO IGUASSÚ

Grandes foram os estragos causados pelas enchentes do rio Iguaçu, na estrada de Mandirituba, sendo em 28 de Julho lavrado com o Snr. João de Souza Ferreira o contracto seguinte, determinando-se outros serviços, constantes de orçamento e no valor de rs. 389\$054. Eis as clausulas do contracto :

1.ª — O contractante João de Souza Ferreira obriga-se a reparar a ponte sobre o rio Iguaçu, bem como cinco pontilhões existentes na varzea do mesmo rio e a construir um de oito metros de vão, tudo entre os kilometros 23 a 24 da estrada do Tietê, de accordo com o projecto, orçamento e instrucções que lhe forem fornecidos por esta Secretaria.

2.ª — O prazo para o inicio dos trabalhos será de dez dias e o prazo para a sua conclusão de tres-mezes, tudo a contar da data do presente contracto.

Attendendo a motivos de força maior este ultimo prazo poderá ser prorogado por tres mezes, findo o qual não haverá mais prorogação e será o presente contracto rescindido sem indemnisação alguma ao contractante.

3.ª — No caso de apparecerem trabalhos, não previstos no orçamento que lhe é entregue, o contractante fará a devida communicação á esta Secretaria, afim de ser feito o necessario exame tecnico e orçados taes trabalhos supplementares, de accordo com os preços estabelecidos no referido orçamento.

4.ª — O valor do presente contracto é de quatro contos seiscentos e setenta mil novecentos e oitenta réis (4:670\$980), cujo pagamento integral será requisitado, á repartição competente, logo depois de terem sido os trabalhos concluidos e recebidos por esta Secretaria.

5.ª — O contractante sujeita-se a todas as disposições contidas no Acto n. 28 de 27 de Novembro de 1901.

6.ª — O sello devido pelo presente contracto na importancia de 68\$400, será descontado na occasião do pagamento a que o contractante tiver direito.

É para que produza todos os effeitos legais, eu Affonso Cicero Sebrão, auxiliar tecnico de 1.ª classe da 2.ª secção da Directoria de Obras e Viação, lavrei o presente contracto, em que com o Secretario de Obras Publicas e Colonisação, Dr. Francisco Gutierrez Beltrão, assigna o contractante João de Souza Ferreira.

Francisco Gutierrez Beltrão.—João de Souza Ferreira.

PONTES SOBRE O RIO MERINGUAVA

Por autorisação de 24 de Junho, foi o Snr. Ambrosio Bini encarregado de reconstruir, pela quantia de rs. 807\$456, uma ponte de 10m. de vão sobre o rio Meringuava, na estrada da Tijuca. Por autorisação da mesma data foi mandado fazer, pela quantia de 118\$881, o concerto de que carecia uma outra ponte sobre esse rio. Quer este trabalho, de que foi encarregado o Snr. Prefeito Municipal de S. José dos Pinhães, quer aquelle, foram recebidos por auxiliares d'esta Secretaria.

PONTE SOBRE O IMBITUVINHA

Reconstruida pelo Snr. Lufrido Costa, na estrada de Ponta Grossa á Guarapuava, de accordo com o officio n. 388 de 8 de Agosto, pela quantia de rs. 2:528\$086. Tem o vão de 14 metros e foi recebida a 1.ª de Outubro.

PONTE SOBRE O CAPIVARY

Sita na estrada de Conchas ao Ypyranga, foi reconstruida pelo Snr. Lufrido Costa, autorisado por officio n. 388 ; dependeu-se rs. 1:297\$023.

PONTE SOBRE O PIRAQUARA

Em 19 de Setembro foi contractado com o Snr. João Luiz Ribeiro a reconstrução d'esta ponte, na estrada da villa de Piraquara á colonia Novo Tyrol ; o vão é de 14m. e foi recebida em Dezembro. Clausulas do contracto :

1.ª — O contractante obriga-se a reconstruir a ponte sobre o rio Piraquara, na estrada que da villa de Piraquara se dirige á colonia Novo Tyrol, na conformidade do projecto e respectivo orçamento, organizados por esta Secretaria, bem como de accordo com as instrucções correlativas, que lhes forem fornecidas.



2.º — O prazo para o inicio dos trabalhos será de dez dias e o prazo para a sua terminação de dois mezes, tudo a contar da data do presente contracto. Attendendo a motivos de força maior, este ultimo prazo poderá ser prorogado por dois mezes, findo o qual não haverá mais prorogação e será o presente contracto rescindido, revertendo a favor do Estado tudo que estiver feito, sem lhe advir disso onus algum, o que igualmente succederá desde que não seja tomada em consideração a allegação feita para a supra dita prorogação.

3.º — O valor do presente contracto é de rs. (1.017\$929) um conto dezasete mil novecentos e vinte e nove réis, cujo pagamento será requisitado á repartição competente logo depois de terem sido os trabalhos concluidos e devidamente recebidos por esta Secretaria.

4.º — O contractante sujeita-se a todas as disposições contidas no Acto n. 28 de 27 de Novembro do 1901, em tudo que não contrariar as clausulas do presente contracto.

O sello devido pelo presente contracto, no valor de 63\$000, será descontado na occasião do pagamento a que tiver direito o contractante. E para constar, eu Ignacio de Almeida Faria, lavrei o presente contracto em que com o Secretario, Dr. Francisco Gutierrez Baltraõ, assigna o Sr. Herculano de Souza, procurador do contractante.

Francisco Gutierrez Baltraõ.—P. F., Herculano de Souza.

PONTE SOBRE O BARIGUY

Por officio sob n. 436 de 5 de Setembro, foi autorizado o Snr. Antonio Edmundo Saporski a fazer a reconstrucção d'esta ponte, situada entre os kilometros 23 e 24 da estrada que d'esta Capital se dirige ao Serro Azul. O vão é de 8m,60 e recebido o trabalho, se requisitou pagamento de rs. 939\$466, valor do orçamento.

PONTE SOBRE O CANIHU

Orçado em rs. 2:576\$579 o trabalho de reconstrucção d'esta ponte, de vão de 27,º10, foi, em 18 de Setembro, autorizado o Snr. Prefeito Municipal de Palmeira a mandar executal-o, tendo já sido feito o seu recebimento.

PONTE FLUCTUANTE SOBRE O RIO JORDÃO

Lavrado contracto em Junho de 1904 com o Snr. Vicente Milla, foi em Abril do anno findo dado por concluido o trabalho de construcção d'esta ponte.

PONTE SOBRE O JAGUARICATÚ

Em data de 3 de Novembro de 1904 o Snr. Emilio Antonio Jouve assignou contracto para reconstrucção d'esta ponte e a 6 de Maio foi-lhe concedido uma prorogação de 30 dias, do prazo para a sua conclusão, fazendo-se o recebimento por parte d'esta Secretaria, em 26 de Junho.

PONTE SOBRE O RIO S. JOÃO

Foi concluida em Março a construcção d'esta ponte, conforme o contracto lavrado em Dezembro de 1904 com o Snr. João Leck.

PONTES SOBRE OS RIOS ANTA GORDA E FORQUILHA

Construidas na colonia Prudentopolis por conta da divida colonial e sob a direcção do cobrador, Snr. João Leck, competentemente autorizado por officio de 26 de Junho; importou em rs. 3:372\$800 o orçamento d'estas pontes.

PONTILHÕES E BOEIROS

Reconstrucções executadas: Pontilhão sobre um affluente do Bariguy, entre os kilometros 22 e 23 da estrada do Serro Azul; pontilhão junto a ponte sobre o Bariguy, na estrada de Matto Grosso; dous boeiros no kilometro 37 d'esta mesma estrada; tres pontilhões sobre affluentes do Meringuava e um

sobre o arroio Arujá, na estrada de S. José dos Pinhaes á Tijucas ; dous pontilhões sobre o arroio Cotia, na estrada de Cachoeira á Tijucas.

Não estão aqui discriminados os trabalhos executados pelas turmas encarregadas dos serviços de conservação das estradas.

PONTE SOBRE O RIO TIBABY

Continua em andamento a construção d'esta ponte, situada junto á villa de Conchas, na estrada que liga as cidades de Ponta Grossa e Guarapuava.

Por Lein. 580 de 10 de Março ficou approvedo o contracto lavrado em 1904 com o Snr. Lufrido José da Costa. A 16 de Março o Snr. João Moreira do Couto assignou um termo de desistencia da acção de indemnisação que movia contra o Estado pela desapropriação da ponte fluctuante que mantinha a jusante do local da ponte ora em construção.



VIAÇÃO

I—Estrada de Ferro do Paraná

Do accordo com o contracto de arrendamento firmado a 13 de Dezembro de 1904 entre o Governo Federal e o Snr. Dr. Carlos João Frojd Westermann, cessionario dos direitos do Estado, foi a 1.º de Janeiro effectuada a entrega da Estrada de Ferro do Paraná ao arrendatario.

A esta Secretaria estão affectos, por Dec. n. 10 de 4 de Janeiro, todos os actos que se prendem á execução do contracto que o Snr. Dr. Carlos Westermann tem com o Estado, cabendo-lhe providenciar para que sejam recolhidas na Secretaria de Finanças as rendas da Estrada e para que a esta sejam feitos os supprimentos de fundos necessarios.

Pelos balancetes mensaes de receita e despeza se verifica que no primeiro semestre a receita muito soffreu com a interrupção do transito em estradas de rodagem e com a paralisação do trafego em trechos da linha inundados por occasião dos grandes temporaes.

A extensão total da estrada é de 416347 metros, sendo :

Linha de Paranaguá & Curytiba	110352 m.
» » Curytiba á Ponta Grossa	190989
Ramal de Morretes á Antonina	16995
» » Serrinha ao Rio Negro.	88630
» » Restinga Secca ao Porto Amazonas	9381

Toda a linha foi cuidadosamente conservada em bom estado, executando-se os seguintes serviços :

Vallas desobstruidas.	384064 ml.
Nivelamento	248759 ml.
Vallas novas	1249 m ³ .
Roçada	1524649 m ² .
Capinação	2429213 m ² .

Foi ainda substituido na via permanente o material seguinte :

Trilhos	136
Chapas de junção	168
Parafusos	13451
Grampos	39650
Tirafundos	90
Dormentes	23158
Postes telegraphicos.	88
Izoladores	37
Lastro de pedra	223 m ³ .
Lastro ordinario	66029 m ³ .

Reconstruiu-se ainda a ponte existente no kilometro 53,800 da linha do Rio Negro e que fôra muitissimo damnificada por occasião dos grandes temporaes.

Com esses serviços de conservação da via permanente despendeu-se :

Pessoal	411:277\$581
Material	38:846\$093
Total	<u>450:123\$674</u>

Quanto aos serviços de locomoção e oficinas, correram elles na melhor ordem, sendo utilizado o seguinte material :

Locomotivas	20
Carros para passageiros	26
» » bagagens	15
» » animaes	6
» fechados para mercadorias	190
» abertos » 	16
» plataforma	87
» para lastro	57

Despeza com esse serviço :

Pessoal	204:237\$213
Material	229:523\$270
Total	<u>433:760\$483</u>

Correu com toda a regularidade o serviço do trafego, a não ser por occasião dos grandes temporaes, a que atraz me referi, e em que foi elle paralisado por alguns dias em trechos inundados.

Circularam nas linhas 8574 trens, com o percurso total de 446675 kilometros, sendo

62 trens de passageiros, com o percurso de	3525 km.
2090 » mixtos, com o percurso de	180535 »
5466 » de cargas, com o percurso de	219512 »
956 » de lastro e outros com o percurso de	43103 »

sendo transportados :

Passageiros	88550
Carros	19
Animaes	2199
Bagagens	835161 kg.
Mercadorias	125691760 kg.

Despendeu-se com o serviço do trafego o seguinte :

Pessoal	283:836\$067
Material	24:288\$623
Total	<u>308:124\$690</u>

Foram expedidos 6077 telegrammas com um total de 73148 palavras e quanto ás tarifas foi acceita a proposta apresentada pelo Snr. Dr. Director da Estrada, de accordo com a clausula XIX do contracto de arrendamento. Desde o dia 1.º do corrente mez de Janeiro estão em vigor as novas tarifas; vão adiante especificadas as mercadorias com as reduções em seus preços de transporte.

Cereaes	42,8 %	Couros trabalhados	53,0 %
Café	65,0 %	Graxa	65,0 %
Fumo	52,0 %	Sabão e velles	70,0 %
Carne secca	42,0 %	Azeite e oleo	52,0 %
Banha	60,8 %	Carveja nacional	57,0 %
Toucinho	64,5 %	Barris varios	60,0 %
Couros seccoos	63,0 %	Farinhas	10,0 %

Para as mobílias os fretes são baseados no pezo e não no volume como até agora acontecia.



Exerce as funções de engenheiro fiscal, por parte do Governo Federal, o Sr. Dr. João Carlos Gutierrez. De accordo com a letra C da clausula III do contracto, foi recolhida á Delegacia Fiscal, por semestres adiantados, a quantia de 30:000\$000 destinada ás despesas de fiscalização e tomada de contas.

Durante o anno foi recolhida mensalmente aos cofres da Delegacia do Thesouro Federal, a quantia de 95:625\$000, 75% da porcentagem de 51% sobre a renda bruta semestral de 1.500:000\$000.

Verificada a receita do primeiro semestre, de 1.191:476\$482, foi estabelecido definitivamente o valor da porcentagem de 51% sobre essa renda e, deduzido o valor das quotas mensaes, feito o pagamento do restante devido, 33:903\$005. No segundo semestre a renda total foi de 1.726:667\$082 e deduzidas as quotas mensalmente pagas, é devida á Fazenda Federal a quantia de 326:706\$883, visto ser de 52,15% o valor da porcentagem, de accordo com a letra B da clausula III do contracto.

Para garantia da execução do contracto de arrendamento, foi feita a caução de 150:000\$000, que será semestralmente reforçada por quotas de 1% sobre a renda bruta arrecadada n'esse periodo de tempo.

No anno findo esse reforço foi de 29:181\$436.

De accordo com o § 2.º da clausula XXVIII, é semestralmente depositada na Delegacia Fiscal, a quota correspondente a 4% sobre a renda d'esse semestre, para ser constituido um fundo especial de garantia, destinado ás grandes reparações na linha, substituição e accrescimento do material rodante, machinas, instrumentos e utensilios das officinas.

A quota relativa ao anno findo é de 116:725\$742, de que deverá ser deduzida a quantia de 9:064\$289, emquanto importou a reconstrução da ponte no km. 53,800 da linha do Rio Negro.

Movimento financeiro :

Receita	2.918:143\$564
Despeza	2.856:637\$816
Saldo	61:505\$748

Discriminação da receita :

Passageiros	307:599\$780
Bagagens.	65:829\$320
Carros.	338\$120
Animaes	9:469\$980
Mercadorias.	2.502:387\$800
Telegrammas, etc.	32:518\$564
Rs.	<u>2.918:143\$564</u>

Discriminação da despeza :

Administração Central	<table border="0"> <tr> <td> } Pessoal</td> <td>117:552\$500</td> <td></td> </tr> <tr> <td> } Material</td> <td>8:966\$581</td> <td>126:519\$081</td> </tr> </table>	} Pessoal	117:552\$500		} Material	8:966\$581	126:519\$081
} Pessoal	117:552\$500						
} Material	8:966\$581	126:519\$081					
Trafego.	<table border="0"> <tr> <td> } Pessoal</td> <td>283:836\$067</td> <td></td> </tr> <tr> <td> } Material</td> <td>24:288\$623</td> <td>308:124\$690</td> </tr> </table>	} Pessoal	283:836\$067		} Material	24:288\$623	308:124\$690
} Pessoal	283:836\$067						
} Material	24:288\$623	308:124\$690					
Locomoção e Officinas	<table border="0"> <tr> <td> } Pessoal</td> <td>204:237\$213</td> <td></td> </tr> <tr> <td> } Material</td> <td>229:523\$270</td> <td>433:760\$483</td> </tr> </table>	} Pessoal	204:237\$213		} Material	229:523\$270	433:760\$483
} Pessoal	204:237\$213						
} Material	229:523\$270	433:760\$483					
Via permanente.	<table border="0"> <tr> <td> } Pessoal</td> <td>411:277\$581</td> <td></td> </tr> <tr> <td> } Material</td> <td>38:846\$093</td> <td>450:123\$674</td> </tr> </table>	} Pessoal	411:277\$581		} Material	38:846\$093	450:123\$674
} Pessoal	411:277\$581						
} Material	38:846\$093	450:123\$674					
Fiscalisação	30:000\$000						
Custeio da estrada.	<u>1.348:527\$928</u>						

Porcentagem paga ao Govern- no Federal : 1.º semestre.	607:653\$005	
2.º semestre.	900:456\$883	1.508:109\$888
	Rs.	<u>2.856:637\$816</u>

Relação para a receita :		
Da despesa com o custeio da estrada.		46,21%
Annuidade do arrendamento.		51,67%
Reforço de canção		1,00%
Fundo de garantia.		4,00%

II—Estradas e caminhos de rodagem

A conservação das estradas e caminhos de rodagem que ligam as diversas zonas do Estado e a construção das necessarias ao desenvolvimento das industrias e proveitosa exploração das riquezas do solo paranaense, constituem um dos importantes ramos de serviços affectos a este departamento da administração publica e tem merecido acurada attenção para que sejam fielmente executados o programma e determinações de V. Ex.

A conservação, feita por contracto ou por turmas directamente subordinadas á Directoria de Obras e Viação, é fiscalizada por empregados, para esse fim nomeados ; para boa organização do serviço e sua real direcção por parte d'esta Secretaria, torna-se preciso o conhecimento da rede de viação, com as obras d'arte, natureza do solo e importancia do transito de cada uma das estradas, e n'este sentido deve-se providenciar para que possam ser logo applicados os preceitos para boa distribuição do trabalho e obtenção de um resultado vantajoso.

No anno findo as chuvas torrencias determinaram um grande accrescimento de trabalho para que não ficasse paralisado o transito ; turmas especiaes foram organisadas e diversas reconstrucções foram orçadas e mandadas executar, estando actualmente em condições regulares as diversas estradas e caminhos de rodagem a cargo do Estado.

ESTRADA DE MATTO GROSSO

Tendo expirado a 30 de Junho o prazo de duração do contracto que o Snr. Sebastião Müller assignara para a conservação do leito d'esta estrada, entre os kilometros 3 e 14, lavrou-se um outro em condições identicas ao anterior. Contracto :

Aos trinta dias do mez de Junho de mil novecentos e cinco, n'esta Secretaria d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação, perante o respectivo Secretário, Dr. Francisco Gutierrez Beltrão, commigo Affonso Cicero Sebrão, auxiliar tecnico de 1.ª classe da 2.ª secção da Directoria Obras e Viação, compareceu o Snr. Sebastião Müller que declarou vir assignar o contracto para a conservação da estrada de Matto Grosso, kilometros 3 a 14 (trez a quatorze) com mac-adam, durante o prazo de doze mezes a contar de primeiro de Julho do corrente anno, tudo de accordo com os actos numeros nove de vinte e tres de Maio de mil novecentos e quatro e vinte e oito de vinte e sete de Novembro de mil novecentos e um, percebendo por este serviço de conservação a quantia de vinte e trez mil réis (23\$000) por kilometre, mensal.

O sello devido pelo presente contracto, na importancia de noventa e seis mil quatrocentos réis (96\$400), será descontado do primeiro pagamento.

El para que produza todos os efeitos legais, eu, Affonso Cicero Sebrão, auxiliar tecnico de 1.ª classe da 2.ª secção da Directoria de Obras e Viação lavrei o presente contracto em que, com o Secretário d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação, Dr. Francisco Gutierrez Beltrão, assigna o contractante Sebastião Müller.

Francisco Gutierrez Beltrão.—Sebastião Müller.

Do kilometro 14 em diante a conservação é feita por uma turma subordinada á Directoria de Obras e Viação, com excepção do trecho a que se refere o contracto lavrado em Julho de mil novecentos e dous com D. Maria de Jesus Branco e em vigor por dez (10) annos, kilometros 125 á 137.



GRACIOSA

O Sr. Olegario Vieira Belem assignou um contracto para conservação, durante um anno, do trecho da antiga estrada da Graciosa, entre esta Capital e Quatro Barros e das que d'este ponto se dirigem respectivamente para Campina Grande e Piraquara. Contracto :

Aos vinte e oito dias do mez de Junho de mil novecentos e cinco, nesta Secretaria d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação, perante o respectivo Secretario, Exmo. Sr. Dr. Francisco Gutierrez Beltrão, commigo Affonso Cicero Sebrão, auxiliar tecnico de primeira classe da segunda secção da Directoria de Obras e Viação, compareceu o Sr. Coronel Olegario Vieira Belem que declarou vir assignar o contracto para a conservação das estradas que d'esta Capital vae a Quatro Barras e de Piraquara á Campina Grande passando por Quatro Barras, pelo prazo de doze mezes, a contar de primeiro de Julho do corrente anno, tudo de accordo com os Actos n.º nove de vinte e tres de Maio de mil novecentos e quatro e vinte e oito de vinte e sete de Novembro de mil novecentos e um, percebendo por este serviço de conservação a quantia de dez mil réis (10\$000) por kilometro, mensalmente. O sello devido pelo presente contracto, na importancia de cem mil e oitocentos réis (100\$800), será descontado do primeiro pagamento. E para constar eu, Affonso Cicero Sebrão, auxiliar tecnico de primeira classe da segunda secção da Directoria de Obras e Viação, lavrei o presente contracto que vae assignado pelo Sr. Dr. Francisco Gutierrez Beltrão, Secretario de Obras Publicas e Colonisação e o contractante Coronel Olegario Vieira Belem.

Francisco Gutierrez Beltrão.—Olegario Vieira Belem.

ESTRADA D'ESTA CAPITAL A' SERRO AZUL

Muitos foram os trabalhos executados n'esta estrada ; foi encarregado dos reclamados com urgencia, entre os kilometros 0 e 45, o Sr. Coronel Manoel Ribeiro de Macedo, com quem foi depois lavrado um contracto para conservação d'esse trecho, mediante o pagamento mensal de rs. 700\$000 e de fórma a se restaurar completamente os cinco primeiros kilometros mac-adamisados.

A conservação entre os kilometros 45 e 99 é commettida a uma turma, que muito tem trabalhado em remoção de entulhos provenientes de desmoronamentos, reconstrução de boeiros, etc., despendendo-se com ella uma media mensal de 764\$000.

Aos treze dias do mez de Julho de mil novecentos e cinco, nesta Secretaria d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação, perante o respectivo Secretario Dr. Francisco Gutierrez Beltrão, commigo Affonso Cicero Sebrão, auxiliar tecnico de primeira classe da Directoria de Obras e Viação, compareceu o Senhor Coronel Manoel Ribeiro de Macedo, que declarou vir assignar o contracto para a conservação da estrada do Serro Azul, do kilometro zero ao quarenta e cinco, sendo que do kilometro zero ao cinco com mac-adame e do cinco ao quarenta e cinco com terra de primeira qualidade, pelo prazo de doze mezes a contar de primeiro de Julho do corrente anno, tudo do accordo com os actos numero nove de vinte e tres de Maio de mil novecentos e quatro, e vinte e oito de vinte e sete de Novembro de mil novecentos e um ; percebendo por este serviço de conservação a quantia de setecentos mil réis (700\$000) mensaes.

O sello devido pelo presente contracto na importancia de (104\$800) réis, cento e quatro mil oitocentos réis, será descontado no primeiro pagamento.

E para que produza todos os effeitos legais, eu Affonso Cicero Sebrão, auxiliar de 1.ª classe da 2.ª secção da Directoria de Obras e Viação lavrei o presente contracto, que vae assignado pelo Sr. Dr. Francisco Gutierrez Beltrão, Secretario de Obras Publicas e Colonisação e o contractante Manoel Ribeiro de Macedo.

Francisco Gutierrez Beltrão.—Manoel Ribeiro de Macedo.

ESTRADA DO PORTÃO A' AREIA BRANCA

Sendo muitissimo necessaria a conservação da estrada entre o Portão e Campestre e a reconstrução até Areia Branca, foi lavrado o seguinte contracto :

Aos trez dias do mez de Julho de mil novecentos e cinco, n'esta Secretaria d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação, perante o respectivo Secretario, Dr. Francisco Gutierrez Beltrão, commigo Affonso Cicero Sebrão, auxiliar tecnico de primeira classe da segunda secção da Directoria de Obras e Viação, compareceu o Sr. Ezio Carneiro de Paula, que declarou vir assignar o contracto para a conservação da estrada que do Portão se dirige á Areia Branca obrigando-se a reconstruir o trecho comprehendido entre Campestre e Areia Branca, estabelecida a largura minima de quatro metros, tudo de accordo com os Actos numeros nove de vinte e tres de Maio de mil novecentos e quatro e vinte e oito de vinte e sete de Novembro mil novecentos e um, a contar

de cinco do corrente mez á trinta de Junho de mil novecentos e seis, percebendo por este serviço a quantia de seiscentos e cincoenta mil réis (650\$000) mensaes.

O sello devido pelo presente contracto na importancia de cento e trez mil e duzentos réis (103\$200), será descontado do primeiro pagamento. E para constar eu, Affonso Cicero Sebrão, auxiliar tecnico de 1.ª classe da 2.ª secção da Directoria de Obras e Viação, lavrei o presente contracto, em que com o Secretario de Obras Publicas e Colonisação, Dr. Francisco Gutierrez Beltrão, assigna o contractante Ezio Carneiro de Paula.

Francisco Gutierrez Beltrão.—Ezio Carneiro de Paula.

D'ESTA CAPITAL A' BOCAUYVA

Duas turmas foram organisadas para o fim de serem executados os serviços urgentes e inadiaveis de que necessitava esta estrada, muitissimo damnificada pelos temporaes de que foi victima o Estado. Uma desenvolveu a sua actividade entre os kilometros 0 e 5, trecho em que o transito ficou quasi inteiramente paralyzado e a outra até proximo a villa Bocayuva, kilometro 36; a primeira d'essas turmas foi suspensa em Agosto e a outra o foi a 30 de Novembro, ficando a estrada em muito boas condições.

DO PORTÃO A' TIJUCAS

O mau estado d'esta via de comunicação determinou fosse lavrado o seguinte contracto :

Aos vinte e tres dias do mez do Agosto de mil novecentos e cinco, n'esta Secretaria d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação, perante o respectivo Secretario, Dr. Francisco Gutierrez Beltrão, commigo Ignacio de Almeida Faria, official da Directoria de Obras e Viação, compareceu o Snr. Coronel Luiz Victorino Ordine que declarou vir assignar o contracto para proceder aos concertos na estrada de Tijuca, do kilometro 11 á 23, no morro do Miringuava e nas pontes das vargens dos rios Iguassú e Miringuava, mediante as seguintes clausulas :

1.ª — O contractante obriga-se a fazer os concertos na estrada que desta capital se liga á Tijuca, entre os kilometros 11 e 23, no morro do Miringuava e nas pontes e pontilhões das vargens dos rios Iguassú e Miringuava, tudo conforme o projecto e orçamento organisados por esta Secretaria e de accordo com as instrucções que lhe forem fornecidas.

2.ª — O prazo para o inicio dos trabalhos será de dez dias e o para a sua conclusão de dois mezes, tudo a contar da data do presente contracto.

Attendendo a motivos de força maior este ultimo prazo poderá ser prorogado por dois mezes, findo o qual não haverá mais prorrogação e será o presente contracto rescindido sem indemnisação alguma ao contractante.

3.ª — O valor do presente contracto é de réis 1:435\$022, cujo pagamento integral será requisitado á repartição competente, logo depois de terem sido os trabalhos concluidos e recebidos por esta Secretaria.

4.ª — O contractante sujeita-se a todas ás disposições contidas no Acto n. 28 de 27 de Novembro de 1901, e que não contrariaram o disposto nas presentes clausulas.

5.ª — O sello devido pelo presente contracto, no valor de rs. 64\$800, será descontado na occasião do pagamento a que tiver direito o contractante.

E para constar, eu Ignacio de Almeida Faria, official da Directoria de Obras e Viação, lavrei o presente contracto, em que com o Secretario de Obras Publicas e Colonisação, Dr. Francisco Gutierrez Beltrão, assigna o contractante Luiz Victorino Ordine.

Francisco Gutierrez Beltrão.—Luiz Victorino Ordine.

DE PIRAQUARA A ROSEIRA

Feito o concerto de que necessitava o estivado junto á ponte do Itaquy, foram os Snrs. Caillot & Dellegrave autorisados a despender a quantia de rs. 1:200\$000 com os reparos d'esta estrada; foram os trabalhos muito bem feitos e terminados em Setembro.

DO PORTÃO A' LAPA

Alem da turma effectiva de conservação, foram organisadas duas outras, de que uma tratou da reconstrucção de trechos proximos ao Portão, já tendo sido ambas dispensadas. Alem do serviço de terra foram reconstruidos 18 boeiros, 13 pontilhões e a ponte sobre o Iguassú, com 75^m de vão.

ESTRADAS DO IPYRANGA E DE GUARAPUVA VIA

A conservação acha-se a cargo do Snr. Lufrido José da Costa, por força do contracto firmado em 25 de Junho de 1904. N'esta ultima estrada fez-se um desvio no kilometro 55 e foram executados diversos serviços na Serra da Esperança.



DE JAGUARIAHYVA A' S. JOSE' DA BOA VISTA

Para construcção d'esta estrada foi lavrado o seguinte contracto :

Aos 11 dias do mez de Março de 1905, nesta Secretaria d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação, perante o respectivo Secretario Snr. Joaquim Procopio Pinto Chichorro Junior, commigo Francisco Januario Santiago, official da secção technica, compareceu o Snr. Emilio Antonio Jouve, que declarou vir assignar o contracto para a reconstrucção da estrada que de Jaguarahyva vai a S. José da Boa Vista e de um muro de arrimo, em substituição a ponte da Barreira, na estrada de Itararé, sob as condições seguintes :

1.º—O contractante Emilio Antonio Jouve obriga-se :

A) A reconstruir a estrada que vai de Jaguarahyva a S. José da Boa Vista, numa extensão de 50 kilometros 417, a partir da Encruzilhada, e com a largura minima de 5,ª de modo a transformal-a em boa estrada de rodagem ;

B) A construir um duplo muro de arrimo, em substituição da ponte da Barreira, na estrada do Itararé.

2.º—As obras de que trata a clausula precedente serão feitas de accordo com a planta, projectos, orçamentos e instrucções ministradas por esta Secretaria.

3.º—As pontes, os pontilhões e os boeiros serão construidos com madeira de lei de primeira qualidade e de conformidade com os typos do projecto.

4.º—Para o fim da cubação da alvenaria do muro de arrimo, o contractante não poderá fazer o aterro de que trata o orçamento, sem ordem desta Secretaria, depois do necessario exame technico.

5.º—O prazo para começo das obras de que trata a clausula 1.ª é de 20 dias e para a sua terminação de 6 mezes, tudo a contar da data da assignatura deste contracto. Este ultimo prazo poderá ser prorogado, por mais 3 mezes, á vista de allegações justas do contractante e a juizo do governo.

Dahi por diante fica o contractante sujeito á multa de 200\$000 por mez, por mais 3 mezes, e para cada uma das obras.

Terminado esse tempo, si as obras não forem entregues ao transitto publico, de todo concluidas e nas condições exigidas neste contracto, poderá o Governo rescindir este, sem audiencia do contractante que, nesse caso, não terá direito á indemnisação alguma e perderá tudo quanto houver feito, em favor do Estado.

6.º—O Governo fará fiscalizar os trabalhos de que trata este contracto por meio do pessoal technico desta Secretaria ou por pessoa idonea de fóra della.

Para os fins dessa fiscalisação, obriga-se o contractante a enviar a esta Secretaria, mensalmente, um relatório circunstanciado do estado das obras, do material existente em deposito e do pessoal empregado nos serviços.

Fica entendido que o contractante obriga-se a ter sempre em deposito o material necessario para que as obras sigam com regularidade e não sofram interrupção.

Os encarregados da fiscalisação, nas inspecções que fizerem, terão sempre em vista esses relatorios.

7.º—O contractante, quer na estrada a reconstruir, quer no local da construcção do muro, deixará pessoa idonea, com approvação desta Secretaria, para dirigir effectivamente os respectivos trabalhos ; devendo elle administrar e examinar pessoalmente, tanto uns como outros, o maior numero de vezes possivel. Em caso algum poderá o contractante allegar ausencia para esquivar-se a qualquer responsabilidade que lhe deva caber.

8.º—Terminada qualquer uma das obras, ou ambas, o contractante communicará immediatamente a esta Secretaria, que mandará recebê-las, depois do necessario exame technico, para serem entregues ao transitto publico.

As obras só serão recebidas definitivamente depois de concluidas de todo, de accordo com este contracto.

9.º—Para garantia da execução deste contracto, o contractante, no acto de sua assignatura, fará no Thesouro do Estado duas cações, uma de 1:048\$884 referente á reconstrucção da estrada, e outra de 218\$164 referente á construcção do muro de arrimo. Esses cações só poderão ser levantadas depois da recepção definitiva das obras.

10.º—O contractante perderá as cações de que trata a clausula precedente si deixar de dar começo ás obras no prazo estatuido na clausula 5.ª.

11.º—Obriga-se o Governo a pagar ao contractante, pela reconstrucção da estrada 20:977\$862, e pela construcção do muro 4:263\$298, tudo de accordo com os respectivos orçamentos.

Esses pagamentos serão feitos, para cada uma das obras, em prestações mensaes correspondentes aos serviços realizados durante o mez, depois de devidamente verificados pela fiscalisação.

Todavia as prestações não poderão exceder de 2:500\$000 para as da estrada e de 500\$000 para as do muro.

Terminadas as obras o restante será pago de uma só vez, depois do recebimento definitivo das mesmas.

12.—Nos casos de inobservancia de qualquer das clausulas do presente contracto, por parte do contractante, fica este sujeito á multa de 50\$000 á 500\$000, conforme a gravidade da falta.

13.—São casos de rescisão deste contracto, alem do estatuido na clausula 5ª.

A) Abandono dos serviços por mais de 15 dias, a não ser por força maior, a juizo do Governo.

B) Reincidencia do contractante em falta punida com a multa de 500\$000.

C) Não entrega das obras no prazo estipulado neste contracto salvo força maior provada, a juizo do Governo.

D) Não entrega das obras no segundo prazo marcado, si houver prorogação do primeiro.

Em qualquer dos casos de rescisão, o contractante perderá as caucões de que trata a clausula 9ª, o deposito de 10 % que tiver feito, de accordo com o Acto n. 28 de 27 de Novembro de 1901, o material que tiver em deposito e as obras feitas e ficará ainda obrigado a indemnisar o Governo, pelo que faltar para completar o total das importancias que tiver recebido.

14.—Faz parte integrante deste contracto alem dos projectos, or. amentos e instrucções de que tratam as clausulas 1ª e 2ª, o Acto n. 26 de 27 de Novembro de 1901, em tudo quanto não contrariar o disposto nestas clausulas.

Pagou de sello pelo presente contracto a importancia de 120\$800, conforme guia n. 270 desta data.

E para que produza todos os effeitos legais, assignam o presente contracto o Sr. Joaquim Procopio Pinto Chichorro Junior, Secretario d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação e o contractante Emilio Antonio Jouve, e eu Francisco Januario Santiago lavrei o presente contracto.

Joaquim Procopio Pinto Chichorro Junior.—Emilio Antonio Jouve.

Devido á necessidade de alterar o traçado em certos trechos não foi terminada a construcção da estrada; estudos já foram feitos e breve poderão ser novamente encetados os trabalhos. Quanto ao muro de arrimo a que o contracto se refere, foi terminado, sendo porem necessario se proceder a execução de algumas obras complementares.

ESTRADA DO PORTÃO

Em obediencia a Lei n. 550 de 29 de Março de 1904 foi por 2 vezes posto em concurrencia publica o trabalho de construcção d'esta estrada; annullada a primeira e não apparecendo concurrentes por occasião da segunda, determinou V. Ex. fosse lavrado o seguinte contracto com o Sr. Coronel Cicero Gonçalves Marques.

Aos quatro dias do mez de Maio de mil novecentos e cinco, nesta Secretaria d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação, perante o respectivo Secretario engenheiro civil Francisco Gutierrez Beltrão, commigo Affonso Cicero Sebrão, auxiliar tecnico de primeira classe da segunda seccão da Directoria de Obras e Viação, compareceu o cidadão Cicero Gonçalves Marques, que declarou vir assignar o contracto para construcção da estrada adiante especificada, sob as condições propostas e acceptas e que constituem as clausulas seguintes:

1ª.—O contractante, cidadão Cicero Gonçalves Marques, obriga-se a construir uma estrada de rodagem, com pavimento macadamisado, que desta Capital, em prolongamento da rua Ignassú, vá até a enruzilhada das estradas da Lapa e Tietá, obedendo ao projecto e orçamento que ora lhe são entregues e de accordo com as instrucções que, para cabal desempenho desse serviço, lhe sejam ministradas por esta Secretaria.

A) O comprimento da estrada é de 6633.70 (seis mil seiscentos trinta e oito metros e setenta centimetros), estando a estaca 0 collocada no cruzamento das ruas Ignassú e Montevideó; a largura media entre valletas é de 8,00, (oito metros) e a largura constante do pavimento macadamisado é de 6,00 (seis metros).

B) O volume total do macadam é de 7966,440m³ (sete mil novecentos sessenta e seis metros cubicos e quatrocentos e quarenta decimetros), independente do volume de areia grossa destinado a preencher os intersticios das pedras britadas que é de 1991,810m³ (mil novecentos noventa e um metros cubicos seiscentos e dez decimetros).

C) A taxa maxima de declividade é de 4%, e o raio minimo das curvas de 31,00 (trinta e um metros).

D) São em numero de 24 (vinte e quatro), dos quaes um duplo e vinte tres simples, os boeiros capeados constantes do projecto, os quaes consumirão 479,870m³ (quatrocentos e setenta e



nove metros cubicos e oitocentos e setenta decimetros) de alvenaria de pedra sã e 271,50m² (duzentos setenta e um metros quadrados e cincoenta e nove decimetros) de lajões para calças.

E) Todas as demais quantidades estão especificadas no orçamento com os respectivos preços e onde se verifica ser de rs. 89.041\$064 (oitenta e nove contos quarenta e um mil e sessenta e quatro réis) o custo total da construção.

2.º—Em toda a execução dos trabalhos que fazem objecto do presente contracto, serão obedecidos os preceitos technicos, para o que serão fornecidas as necessarias instruções e haverá a precisa fiscalização por parte desta Secretaria.

A) O material da macadamisação será constituído por pedra britada que não forneça detritos tarrosos e em que sejam observados os limites maximum e minimum para suas dimensões.

B) Lavado o macadam, deverá ser elle espalhada em camadas successivas, convenientemente cylindradas e de forma que conserve a espessura final de 0,25 no eixo da estrada e de 0,15 nos lados extremos da mesma, junto ás fincadas.

C) As obras d'arte serão feitas de conformidade com o typo constante do projecto.

3.º—O contractante é obrigado a dar começo ao serviço de construção da estrada no prazo de 15 (quinze) dias e terminal-o no prazo maximo de um anno, tudo a contar da data da assignatura do presente contracto.

A) Em vistas de razões apresentadas em tempo e por escripto, poderá o Governo prorogar por quinze dias o primeiro daquelles prazos e por tres mezes o segundo, sem applicação de multa.

B) Findo o prazo para terminação dos trabalhos e a prorrogação de que trata a letra anterior, quando tenha sido esta concedida, terá o contractante o direito a mais seis mezas para entregar a estrada, inteiramente concluida e aceita por esta Secretaria, ao transitto publico, porem pagará mensalmente e como multa a taxa de rs. 800\$000 (seiscentos mil réis).

C) Findo este ultimo prazo, poderá o Governo rescindir o presente contracto, mandando completar os serviços por administração e applicando para isso as quantias depositadas como caução e as que tenha o contractante ainda o direito de receber como pagamento de serviços feitos.

D) Completado o serviço pela forma prescripta na letra anterior, será paga ao contractante a quantia que lhe era devida, descontada a despendida pelo Governo com a execução de taes trabalhos.

4.º—Os trabalhos serão fiscalizados por pessoal desta Secretaria.

5.º—O encarregado ou os encarregados da fiscalização são obrigados a apresentar mensalmente um relatorio circumstanciado de todos os trabalhos realizados, do material em deposito e do pessoal empregado em serviço, para os effeitos da clausula 8.º.

6.º—O contractante Cicero Gonçalves Marques, fica obrigado a acompanhar todos os trabalhos da construção da estrada, não podendo ausentar-se do local respectivo sem que deixe em seu logar pessoa idonea para dirigir os serviços, com autorisação desta Secretaria, não podendo em caso algum allegar ausencia para se esquivar a qualquer responsabilidade que lhe deva caber.

7.º—Terminados os trabalhos de construção da estrada, o contractante communicará isto immediatamente a esta Secretaria, que a mandará receber, depois de completo exame tecnico, para ser entregue ao transitto publico.

A) Para o recebimento de que trata esta clausula é necessario que a estrada esteja concluida em toda a sua extensão e de accordo com o presente contracto e respectivo projecto.

8.º—O Governo, em pagamento, obriga-se a entregar ao contractante Cicero Gonçalves Marques, a renda liquida da barreira do Portão, desde que nesse lapso de tempo hajam serviços equivalentes á referida renda ou, quando isto não succeder, as quantias proporcionaes a esses serviços, retirando-se, porem, dessas quantias ou daquella renda a porcentagem de 10% que, recolhida ao Thesouro, servirá de garantia á execução do presente contracto.

A) Recebida a estrada por esta Secretaria, na forma da letra A da clausula anterior, será calculada a importancia ainda devida para completo pagamento dos serviços executados pelo contractante, a qual deverá ser paga em tres prestações iguaes, com intervallos de trinta dias, sendo que a primeira o será trinta dias após aquelle recebimento.

9.º—Nos casos de inobservancia de qualquer das clausulas do presente contracto, por parte do cidadão Cicero Gonçalves Marques, fica elle sujeito á multa de 50\$000 (cincoenta mil réis) á 500\$000 (quinhentos mil réis), conforme a gravidade da falta commetida, multa essa imposta pelo Secretario de Obras Publicas com recurso para o Dr. Presidente do Estado.

10.º—Quando a natureza do terreno exigir trabalhos não previstos no projecto e respectivo orçamento, será isso communicado á Secretaria, que mandará fazer os estudos precisos e ordenará, quando necessario, esses serviços, de accordo com o projecto e orçamento parcelares por ella feitos.

A) O pagamento de taes serviços extraordinarios será feito mensalmente e discriminado em appensos ao projecto geral, affim de não haver confusão, na liquidação final de contas, para o pagamento da quantia a que se refere a letra E da clausula primeira.

11.º—São casos de rescisão deste contracto :

A) Abandono do serviço por mais de quinze dias, a não ser por força maior, a juizo do Governo.

B) Reincidencia do contractante em falta punida com a multa de 500\$000 (quinhentos mil réis).

C) Não entrega da estrada no prazo estipulado pela clausula terceira ou suas prorrogações sem motivos justificados perante o Governo.

D) Em qualquer dos casos de rescisão o contractante perderá o deposito de 10%, a que se refere a clausula oitava, ficando o material que existir em deposito as obras feitas e as quantias a receber pelo contractante, como garantia dos trabalhos que por administração o governo tiver de fazer para terminar a construção da estrada.

12.º—Faz parte integrante deste contracto, além do projecto, orçamento e instruções de que trata a clausula primeira, o Acto numero vinte e oito de vinte e sete de Novembro de mil novecentos e um, em tudo que não contrariar o disposto nas suas clausulas.

13.º—Os sellos correspondentes á duração e ao valor do presente contracto serão pagos por occasião do ajuste final das contas a elle relativas.

Quanto ao sello de rasa, foi pago na importancia de rs. 86\$800 (oitenta e seis mil e oitocentos réis), conforme guia n. 396 desta data.

E para que produza todos os effeitos legais, assignam o presente contracto o Snr. Dr. Francisco Gutierrez Beltrão, Secretario de Obras Publicas e Colonisação e o cidadão Cicero Gonçalves Marques, commigo Affonso Cicero Sebrão, auxiliar tecnico de primeira classe da segunda secção da Directoria de Obras e Viação, que o escrevi.

Francisco Gutierrez Beltrão.—Cicero Gonçalves Marques.

Os trabalhos tem sido feitos em perfeita obediencia ás clausulas do contracto e sob a directa fiscalisação de um dos auxiliares technicos d'esta Secretaria.

ESTRADAS DIVERSAS

Varios serviços foram executados nas estradas de Morretes á Paranaguá, da Lapa ao Rio Negro, de União da Victoria á Palmas, de Ponta Grossa á Castro e na do Itararé.

NAVEGAÇÃO SUBVENCIONADA

Utilizando-se V. Ex. do dispositivo da letra B do art. 2.º das Disposições Permanentes da Lei n. 611 de 6 de Abril de 1905, determinou fosse lavrado n'esta Secretaria um contracto para estabelecimento de um serviço regular de navegação entre os portos de Trieste, Fiume e Genova e o de Paranaguá, com os Snrs. Rombauer & C.ª, representantes geraes no Brazil da companhia de navegação a vapor «Lloyd Austriaco», de Trieste e da Companhia Real Hungara de navegação maritima «Adria», sociedade anonyma de Fiume.

Esse contracto, de que reaes vantagens advirão para o nosso Estado, foi lavrado em 13 de Dezembro ultimo, sob as clausulas seguintes :

1.º—As Companhias contractantes acima referidas obrigam-se a manter com os seus vapores da linha do Brazil e Rio da Prata um serviço regular de navegação directa, pelo espaço de um anno, entre os portos de Trieste, Fiume e Genova e o de Paranaguá, de forma que sejam feitas doze (12) viagens durante a vigencia deste contracto e com intervallos de um mez approximadamente.

2.º—Esses vapores continuarão as suas viagens até o rio da Prata, salvo casos excepcionaes, submettidos a conhecimento do Governo deste Estado.

3.º—O prazo de um anno a que refere se a clausula primeira começará a vigorar da data da entrada no porto de Paranaguá, do vapor que iniciar o serviço a que se refere este contracto, o qual, se possivel fôr, deverá partir de Trieste durante o mez de Março do anno proximo futuro de mil novecentos e seis.

4.º—A tabella organisaada para as doze viagens será enviada ao Governo do Estado e devidamente publicada, communicando-se immediatamente qualquer alteração soffrida.

5.º—A tabella de fretes e passagens será organisaada em condições inferiores ou eguaes ás mantidas por outras companhias de navegação a vapor.

6.º—Este contracto vigorará por mais um anno e nas mesmas condições, si tres mezes antes de sua expiração, alguma das partes contractantes não fizer á outra communicação em contrario.

7.º—Durante cada anno da vigencia deste contracto serão concedidas gratuitamente e á requisisição do Governo deste Estado, seis (6) passagens de 1.ª classe, do porto de Paranaguá aos portos de Montevideo ou Buenos Ayres.

8.º—Respeitada a clausula anterior, todas as passagens que o Governo requisitar serão pagas com o abatimento de quinze por cento (15%), quer sejam para os mencionados portos, quer para os de Genova, Fiume ou Trieste ou outros de escala dos vapores das companhias em



viagem para a Europa, ficando estipulado o mesmo abatimento para as passagens a favor de imigrantes vindos da Europa e requisitadas pelo Governo.

9.º—Para cada uma das viagens acima estipuladas, o Governo do Estado concederá a título de subvenção, o valor de tres mil francos (3.000), pagos dentro de trinta dias depois da entrada do vapor em Paranaguá.

10.º—O pagamento dessa subvenção será effectuado neste Estado e em moeda corrente, ao cambio do dia da entrada do vapor no porto de Paranaguá, aos agentes para esse fim designados, ou em cheques bancarios sobre algumas das praças europeas, conforme conveniencia do Governo.

11.º—Se por motivo de força maior accoita pelo Governo do Estado, poderá o intervallo entre duas viagens successivas ser, no maximo, de sessenta dias, continuando a vigorar este contracto até que se realizem as doze viagens a que elle se refere. Em caso contrario, se considerará a viagem mensal como não realizada, importando isto na perda da subvenção correspondente a essa falta.

12.º—Fica salvo ao Governo do Estado declarar caduco o presente contracto desde que deixem de realizar-se duas viagens mensaes successivas.

13.º—O presente contracto fica sujeito á approvação das duas companhias representadas pelos Snrs. Rombauer & Companhia, devendo essa confirmação ser communicada ao Governo do Estado até o dia vinte e oito (28) de Fevereiro do proximo anno de mil novecentos e seis.

E para todos os effectos legais assignam o presente contracto o Excmo. Snr. Dr. Francisco Gutierrez Beltrão, Secretario d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação e os Snrs. Rombauer & Companhia, representantes das companhias contractantes, commigo Ignacio de Almeida Faria que o escrevi.

Pagou de sello a quantia de rs. 151\$600, conforme a averbação da Collectoria sob n. 731 desta data.

Francisco Gutierrez Beltrão.—Rombauer & Companhia.

DILIGENCIAS

A 30 de Junho terminaram os contractos para os serviços de diligencias entre Ponta Grossa e Guarapuava, União da Victoria e Palmas, Jaguariahyva e Pirahy. Os dous primeiros foram renovados, ficando as villas de Jaguariahyva e Pirahy servidas pela Estrada de Ferro S. Paulo—Rio Grande, com a inauguração do trafego até aquella villa.

Termo de prorogação do contracto para o serviço de diligencias entre as cidades de Ponta Grossa e Guarapuava :

Aos vinte e tres dias do mez de Junho de mil novecentos e cinco, nesta Secretaria d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação, perante o respectivo Secretario, Dr. Francisco Gutierrez Beltrão, commigo Affonso Cicero Sebrão, auxiliar tecnico de 1.ª classe da 2.ª secção da Directoria de Obras e Viação, compareceu o Snr. Lafrido José da Costa que declaram vir assignar o presente termo, em virtude do despacho exarado pelo Excellentissimo Senhor Doutor Vice-Presidente do Estado em seu requerimento, o qual é do theor seguinte : Excellentissimo Senhor Doutor Vice-Presidente do Estado. O abaixo assignado, contractante do serviço de diligencias entre as cidades de Ponta Grossa e Guarapuava, tendo cumprido fielmente seu contracto durante o exercicio corrente, como provam os attestados recolhidos á Secretaria de Obras Publicas e Colonisação e tendo feito grandes despesas para estabelecer o mesmo serviço sem que auferisse lucro algum no curto prazo do mesmo contracto, devido principalmente ao máu tempo que reinou nos mezes passados, vem pedir a V. Ex. que, pelas razões expostas, se digne prorogar por mais um anno o referido contracto, para o qual existe no orçamento futuro consignada a respectiva verba.

Confiado no espirito de justiça que tem caracterizado os actos de V. Ex. o petionario E. deferimento. (Sobre uma estampilha de quatrocentos réis devidamente inutilisada) Curitiba, 19 de Junho de 1905. Lafrido Costa. Este requerimento teve o seguinte despacho : Como pede. Em 21 de Junho de 1905. (Assignado) João Candido Ferreira. E para constar eu, Affonso Cicero Sebrão, auxiliar tecnico de 1.ª classe da 2.ª secção da Directoria de Obras e Viação, lavrei o presente termo em que com o Secretario d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação, Dr. Francisco Gutierrez Beltrão, assigna o requerente Lafrido José da Costa. (Sobre estampilhas no valor de 43\$400, devidamente inutilisadas).

Francisco Gutierrez Beltrão.—Lafrido José da Costa.

O contracto para o serviço de diligencias entre a villa de União da Victoria e a cidade de Palmas, foi lavrado em 1.º de Julho com o Snr. Max Schwartz, sendo suas clausulas as seguintes :

1.º—O contractante Max Schwartz obriga-se :

A) A fazer o serviço de diligencias entre a villa de União da Victoria e a cidade de Palmas, durante doze mezes, a contar da data deste contracto, dando uma viagem semanalmente ;

B) A ter para esse serviço carros denominados omnibus, com accommodações para seis (6) passageiros, pelo menos, podendo em caso de força maior substituil-os por outro vehiculo, não deixando, entretanto, de ter as necessarias accommodações para os passageiros ;

C) A dar passagens gratuitas aos empregados publicos estadoaes, mediante requisição dos respectivos chefes, não sendo considerados como taes, para os effeitos desta disposição, as praças de pret ;

D) A franquear ao publico a tabella dos preços das passagens e bagagens (clausula 4.º).

2.º—Quando, sem causa justificada, a juizo do governo, não der o contractante, semanalmente, o numero de viagens estabelecido na lettra A da clausula 1.º deste contracto, soffrerá na sua subvenção o desconto correspondente ao numero de viagens que deixar de dar, alem da multa estabelecida na clausula 7.º.

3.º—Pelo serviço de que trata a clausula 1.º lettra A do presente contracto, receberá o contractante a quantia de trezentos mil réis (300\$000) mensalmente.

O pagamento desta subvenção só será effectuado mediante attestado dos Prefeitos Municipaes das localidades servidas pela diligencia, ou dos juizes districtaes em exercicio, ou finalmente pelos commissarios de policia.

4.º—O preço das passagens será de 20\$000 (vinte mil réis), para cada passageiro e de ida e volta 30\$000 (trinta mil réis), prevalecendo o direito por quinze dias e quinze kilos de bagagem para cada passageiro.

5.º—As diligencias partirão :

A) Da União da Victoria nas segundas feiras ás oito (8) horas da manhã no verão e ás nove (9) horas durante o inverno.

6.º—As diligencias chegarão :

A) A' villa da União da Victoria aos sabbados ;

B) A' cidade de Palmas ás quartas feiras, salvo força maior devidamente justificada.

7.º—Pela inobservancia das clausulas do presente contracto, incorrerá o contractante na multa de vinte (20\$000) á cem mil réis (100\$000), conforme a gravidade da falta.

8.º—A imposição consecutiva, por tres vezes, da multa a que se refere a clausula anterior, dará logar á rescisão do presente contracto sem onus algum para o Estado.

9.º—O sello devido pelo presente contracto, na importancia de réis 121\$200, será descontado do primeiro pagamento.

SANEAMENTO E ILLUMINAÇÃO D'ESTA CAPITAL

Em virtude de autorisação legislativa e contracto lavrado em vinte e quatro de Março de mil novecentos e quatro, com a Prefeitura Municipal, tratou o Estado da construcção das redes de esgoto e de abastecimento d'agua n'esta cidade de Curytiba e tem a seu cargo a fiscalisação e pagamento do serviço de illuminação publica, feito pela Empresa de Electricidade dos Snrs. Hauer Junior & C.º.

Pelas clausulas 5.º e 6.º d'esse contracto a Camara Municipal transferiu ao Estado a cobrança e goso do imposto predial e bem assim a divida activa, proveniente d'esse mesmo imposto, verificada até trinta de Junho de mil novecentos e quatro. Tendo porem, o Exmo. Snr. Prefeito Municipal feito uma representação sobre a necessidade de voltar essa divida activa a pertencer a Municipalidade, foi mandado lavrar o seguinte Termo de transferencia :

Aos dois dias do mez de Maio de mil novecentos e cinco, presentes nesta Secretaria d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação o Snr. Dr. Francisco Gutierrez Beltrão, Secretario da mesma repartição, por parte do Governo do Estado e o Prefeito Municipal da Capital, Snr. Coronel Luiz Antonio Xavier, como representante do municipio, declarou o Sr. Secretario que em virtude da autorisação contida na lettra 1 do artigo terceiro das Disposições Transitorias da Lei numero seiscentos e onze de seis de Abril do corrente anno e por determinação do Exmo. Snr. Dr. Presidente do Estado, que attendeu á representação que lhe foi feita pelo referido Prefeito Municipal da Capital, em officio de vinte e cinco do mez passado, manda lavrar o presente termo, transferindo para a Camara Municipal da Capital a divida activa do imposto predial que por ventura não tenha sido ainda cobrada pelo Estado, revogando-se assim o artigo sexto do contracto celebrado nesta Secretaria em vinte e quatro de Março de mil novecentos e quatro e bem assim tudo o que no dito contracto se referir á cobrança, por parte do Estado, daquella divida activa.

É para constar, eu Affonso Cicero Sebrão, engenheiro auxiliar de primeira classe da Secção de Obras e Viação, lavrei o presente termo em que com o Snr. Dr. Secretario de Obras Publicas e Colonisação, assigna o Snr. Prefeito Municipal da Capital.

Francisco Gutierrez Beltrão.—Luiz Antonio Xavier,



I—Redes de esgoto e de abastecimento d'agua

Continuaram durante o anno os serviços contractados com os Srs. Alvaro de Menezes e Octaviano Machado de Oliveira, para abastecimento d'agua à esta Capital e construcção de uma rede de esgotos, systema separado.

Foi concluida a planta cadastral da cidade, na escala de 1:1000 e pela exposiçào do engenheiro chefe da fiscalisação, Dr. Jorge Eisembach, se evidencia que a empresa contractante se esforça em activar os trabalhos, e em attendèr às reclamações feitas pela fiscalisação. Só agora está sendo recebido o material para a canalisação d'agua, estando porem quasi terminado o reservatorio do alto de S. Francisco e foram feitos os trabalhos preparatorios para a construcção das represas na Serra do Marumby. Uma estrada de rodagem liga a represa do ribeirão do Carvalho com a estação de Roça Nova da Estrada de Ferro do Paraná, com um desenvolvimento de 8,900^m e outras estradas põem em communicação os diversos mananciaes ; para a construcção da represa do Carvalho foram concluidas as precisas escavações. No reservatorio do alto de S. Francisco está faltando apenas o revestimento externo e pequena parte do revestimento em um dos compartimentos internos ; adiantados estão os serviços de construcção dos muros de fecho e do gradil. Quanto à rede de esgotos posso dizer que já tem ella um desenvolvimento de 45812^m, sendo :

em galeria de cimento.	690 ^m
em tubos de 18"	568
» » » 15"	1520
» » » 12"	4980
» » » 9"	16920
» » » 6"	21134
Total	<u>45812^m</u>

Eleva-se a 304 o numero de ventiladores construidos nos cruzamentos das ruas e para conclusào dos trabalhos nos philtros bacterianos faltam os revestimentos internos das paredes e de concreto no fundo.

Os pagamentos à Empresa, na fórma do contracto de 13 de Abril de 1904, eram feitos em apolices, porem em virtude do emprestimo externo obtido pelo Estado, foi alterado esse regimen de pagamento para o restante devido, 1.777:777\$777, que ao typo de 87% equivale a 1.546:666\$666.

Essa alteraçào consta do additamento, mandado lavrar n'esta Secretaria em 9 de Dezembro ultimo, sob as seguintes clausulas :

1.º—Em virtude das consequencias decorrentes do emprestimo externo, fica alterado o regimen de pagamento estabelecido no contracto de treze de Abril de mil novecentos e quatro, lavrado com os engenheiros Alvaro de Menezes e Octaviano Augusto Machado de Oliveira e a contar do mez de Setembro do corrente anno, exclusiva.

2.º—A quantia restante de rs. 1.777:777\$777 (mil setecentos e setenta e sete contos setecentos e setenta e sete mil setecentos e setenta e sete réis) devida aos contractantes, será paga ao typo de oitenta e sete por cento (87%) em moeda corrente, equivalendo a uma somma de rs. 1.546:666\$666 (mil quinhentos e quarenta e seis contos seiscentos e sessenta e seis mil seiscentos e sessenta e seis réis), e do modo seguinte :

A) Oito prestações de rs. 110:000\$000 (cento e dez contos de réis), pagas mensalmente e correspondentes aos mezes de Setembro de 1905 a 22 de Abril de 1906.

B) Tres prestações de rs. 222:222\$222 (duzentos e vinte e dois contos duzentos e vinte e dois mil duzentos e vinte e dois réis) cada uma e pagaveis : a primeira trinta dias depois de terminadas as obras, nos termos da clausula 17.ª do contracto de 13 de Abril, a segunda sessenta dias depois desta e a terceira depois de terminado o prazo de que trata a clausula 19.ª do referido contracto.

3.º—De cada uma das prestações a que se refere a letra A da clausula anterior, será descontada a cauçào de 10%, para garantia, como determina a clausula 20.ª do contracto de 13 de Abril de 1904.

4.º—Os pagamentos das prestações de que trata a letra A da clausula segunda deste

additamento, poderão á vontade dos contractantes, subordinados ás exigencias contractuaes, ser feitos, ou em moeda corrente no Thesouro do Estado ou na Europa ao cambio do dia, não podendo a taxa ser superior a 17% por 1\$000.

5.º—O Governo fica com o direito de reter das prestações de que trata a letra A da clausula 2.ª deste additamento, as sommas que julgar excedentes, em vista de informação da fiscalisação, ao trabalho mensal feito e do material adquirido pela Empresa.

6.º—Das prestações de que trata a letra B da clausula 2.ª deste additamento, o Governo, a juizo da fiscalisação e nos termos da segunda parte da clausula 24.ª do contracto, reterá as importancias necessarias para obras que sejam exigidas para que o serviço seja entregue nas condições technicas do contracto e constantes do orçamento approvedo.

E para todos os effeitos legais assignam o presente additamento os Snrs. Drs. Francisco Gutierrez Beltrão, Secretario d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação e Alvaro de Menezes, por si e pelo Dr. Octaviano Augusto Machado de Oliveira, commigo Ignacio de Almeida Faria, official da Directoria de Obras e Viação desta Secretaria, que o escrevi. (Assignados sobre cinco estampilhas no valor de trinta e quatro mil e quatrocentos réis.)

Francisco Gutierrez Beltrão.—Alvaro de Menezes, por si e pelo engenheiro Octaviano Augusto Machado de Oliveira.

II—ILLUMINAÇÃO

A illuminação publica d'esta Capital continúa a cargo da Empresa de Electricidade, dos Snrs. Hauer Junior & C.ª, sob a fiscalisação d'esta Secretaria. Pelo minucioso relatorio que me foi apresentado pelo fiscal, o Snr. João Candido da Silva Muricy, se evidencia a solicitude da Empresa em estudar e fazer executar os melhoramentos necessarios á mais completa regularidade d'esse importante ramo de serviço publico e é claramente demonstrado o bom resultado de uma fiscalisação assidua e criteriosa.

A usina de electricidade satisfaz perfeitamente ás condições do contracto e se de alguns melhoramentos precisa a rede de distribuição de electricidade para as illuminações publica e particular, não tem a Empresa d'isto se descurado. Vinte lampadas de arco voltaico funcionam, nos pontos centraes da cidade, durante cinco horas; a distribuição das existentes na praça General Ozorio soffreu uma pequena alteração e de forma que uma dellas foi installada na avenida Luiz Xavier. As existentes na praça Tiradentes necessitam ser substituidas por outras de differente systema, de forma a se conseguir uma melhor distribuição de luz sob o arvoredo que ornamenta essa bella praça.

A illuminação geral da cidade é feita com lampadas incandescentes, em numero de 704, de 16, 20, 25 e 32 vellas, unidade Heffner, tendo merecido bastante attenção a substituição immediata das que se inutilisam completamente ou funcionam com poder luminoso enfraquecido; durante o anno essa substituição attingiu ao numero de 4046. Algumas interrupções de luz houveram; cordeis de «papagaios» occasionaram contactos, restabelecendo-se porem, com urgencia e presteza, a regularidade do serviço. Ao terminar devo assignalar o augmento de fornecimento de luz ás habitações particulares, demonstrando isto a comprehensão das vantagens proporcionadas pelo contracto de 1 de Julho de mil novecentos e quatro.





Empresa de Saneamento

RELAÇÃO do material entrado, e sabido durante o mez de Dezembro e do existente em deposito em 31 de Dezembro de 1905.

Classificação	Deposito em 30 de Novembro.	Entrado em Dezembro	TOTAL	Sabido para diversas obras	Deposito em 31 de Dezembro de 1905.	Observações
Cimento ; bar. de 150 kgs.	32	1.265	1.297	329	968	Aham-se em descarga 1800 barricas de cimento, 400 tubos de ferro de 18' e cerca de 700 tubos de ferro de diversos diâmetros.
Manilhas de barro de 4"	7.554		7.554		7.554	
» » » » 6	915		915	915		
» » » » 12	18		18	18		
» » » » 15	728		728		728	
» » » » 18	5		5		5	
Juncções de » » 4x4	2.776		2.776		2.776	
» » » » 6x4	548		548	90	458	
» » » » 9x4	145		145	50	95	
» » » » 9x9	78		78		78	
» » » » 12x4	83		83	10	73	
» » » » 12x6	168		168		168	
» » » » 12x9	15		15		15	
» » » » 12x12	46		46		46	
» » » » 15x6	115		115		115	
Curvas » » » 4	285		285		285	
» » » » 6	77		77		77	
Ralos de barro	740		740		740	
Tampões de ferro	3	6	9	3	6	
Grelhas » »	757		757		757	
Tijollos	3.000	118.750	121.750	101.750	20.000	
Areia ; m ³ .	290		290	190	100	
Pedra bruta ; m ³ .	130	94	224	224		
Pedra britada ; m ³ .	1.391		1.391		1.391	
Tubos de ferro de 18"		92	92		92	
Cal ; m ³ .		43	43	43		

Curitiba. 5 de Janeiro de 1906.—*Jorge Eisembach*, Engenheiro-chefe da Fiscalização.



Annexos



LEIS

N. 580 de 10 de Março de 1905.—O Congresso Legislativo do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a lei seguinte :

Art. 1.º—Fica approvedo o contracto celebrado, em 25 de Junho de 1904, entre a Secretaria dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação e o cidadão Lafrido José da Costa, para construcção de uma ponte sobre o rio Tibagy, na villa de Conchas e outros serviços no mesmo contracto especificados.

Art. 2.º—Revogam-se as disposições em contrario.

O Secretario d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação a faça executar.

Palacio da Presidencia do Estado do Paraná, em 10 de Março de 1905, 17.º da Republica.

VICENTE MACHADO DA SILVA LIMA.—*Joaquim P. P. Chichorro Junior.*

Publicada na Secretaria d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação, em 10 de Março de 1905.—*Luis F. França.*

N. 581 de 16 de Março de 1905.—O Congresso Legislativo do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a lei seguinte :

Art. 1.º—A contar da data da presente lei ficam extintos os actuaes commissariados de terras e dispensados os respectivos commissarios.

Art. 2.º—É concedido a esses ex-commissarios o prazo de 3 mezes para conclusão dos autos relativos ás medições já iniciadas.

Art. 3.º—Deverão ser immediatamente recolhidos á Secretaria de Obras Publicas e Colonisação todos os requerimentos e demais papeis existentes nos diversos commissariados e referentes ás terras cujas medições não foram iniciadas.

Art. 4.º—Os occupantes de terras que deixaram de requerer a legitimação de suas posses ou revalidações das sesmarias nos prazos determinados em leis anteriores, poderão fazel-o até 31 de Dezembro do corrente anno, sob pena de commisso.

Art. 5.º—O commisso a que se refere o artigo antecedente importa, para os occupantes das terras, na perda, em favor do Estado, da parte dessas mesmas terras que não estiver effectivamente cultivada e occupada.

Art. 6.º—Findo o prazo do art. 4.º, o Governo, pelos meios que julgar convenientes, fará verificar, por municipios, quaes as terras que tiverem incorrido em commisso e as declarará devolutas.

Parapho Unico.—Os occupantes dessas terras terão preferencia para a sua compra, se as requererem dentro do prazo de 90 dias a contar da data da declaração de que trata este artigo.

Art. 7.º—A Secretaria de Obras Publicas e Colonisação nomeará profissionaes para, servindo de commissarios «ad-hoc», effectuarem as medições de que tratam os arts. 3.º e 4.º e para as que forem requeridas a qualquer titulo de accordo com as leis em vigor.

Art. 8.º—Revogam-se as disposições em contrario.

O Secretario d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação a faça executar.

Palacio da Presidencia do Estado do Paraná, em 16 de Março de 1905, 17.º da Republica.

VICENTE MACHADO DA SILVA LIMA.—*Joaquim P. P. Chichorro Junior.*

Publicada na Secretaria d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação, em 16 de Março de 1905.—*Luis F. França.*

N. 585 de 16 de Março de 1905.—O Congresso Legislativo do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a lei seguinte :

Art. 1.º A Secretaria de Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação fica, desde a data desta lei, reorganizada com duas Directorias, sendo uma de Terras e Colonisação e outra de Obras e Viação, com uma secção annexa de fiscalisação, com o pessoal e vencimentos da tabella junta.

Art. 2.º—Fica o Governo autorizado a expedir o competente regulamento e abrir os credits necessarios para o acrescimo de despeza.

Art. 3.º—Revogam-se as disposições em contrario.

TABELLA

Do pessoal e vencimentos da Secretaria de Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação :

Secretario d'Estado. 12:000\$000

Directoria de Terras e Colonisação

P Director 5:000\$000

1.ª Secção (Terras)

1 1.º Official. 4:520\$000
1 2.º Official. 3:120\$000 7:440\$000

2.ª Secção (Colonisação)

1 1.º Official. 4:520\$000
1 2.º Official. 3:120\$000 7:440\$000

Directoria de Obras e Viação

1 Engenheiro-director 8:000\$000
1 Engenheiro-ajudante 6:000\$000
1 2.º Official. 3:120\$000 17:120\$000

1.ª Secção (Obras)

1 Auxiliar tecnico de 1.ª classe 4:800\$000
1 Auxiliar tecnico de 2.ª classe 4:200\$000
1 Desenhista. 3:600\$000 12:600\$000

2.ª Secção (Viação)

1 Auxiliar tecnico de 1.ª classe 4:800\$000
1 Auxiliar tecnico de 2.ª classe 4:200\$000 9:000\$000
1 Archivista. 3:120\$000
1 Porteiro 1:560\$000
1 Contínuo 1:040\$000
1 Servente 960\$000 6:680\$000

FISCALISAÇÃO

Agua e Esgotos da Capital

1 Fiscal 10:000\$000
1 Ajudante 8:000\$000
1 Auxiliar 2:400\$000 18:400\$000

Iluminação publica da Capital

1 Fiscal 4:800\$000
1 Auxiliar 1:800\$000 6:600\$000

Réis. 102:280\$000

O Secretario d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação a faça executar. Palacio da Presidencia do Estado do Paraná, em 16 de Março de 1905, 17.ª da Republica

VICENTE MACHADO DA SILVA LIMA.—*Joaquim P. P. Chichorro Junior.*

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação, em 16 de Março de 1905.—*Luis F. Franca.*



N. 597 de 27 de Março de 1905.—O Côrnel Luiz Antonio Xavier, Presidente do Congresso Legislativo do Estado do Paraná,

Faço saber que o Congresso Legislativo do Estado decretou e eu promulgo a resolução seguinte :

Artigo Unico.—Fica o Poder Executivo autorizado a prorogar por mais um anno, o prazo do contracto celebrado entre a Secretaria de Obras Publicas e o Côrnel Antonio Leopoldo dos Santos, em virtude da Lei n. 498 de 16 de Março de 1903 ; revogadas as disposições em contrario.

Palacio do Congresso Legislativo do Estado do Paraná, em 27 de Março de 1905, 17 da Republica.

LUIZ ANTONIO XAVIER.

Publicada na Secretaria d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação, em 27 de Março de 1905.—*Luiz F. França.*

N. 602 de 1.º de Abril de 1905.—O Congresso Legislativo do Paraná decretou e eu sanciono a lei seguinte :

Artigo Unico.—Fica o Governo autorizado a abrir um credito especial da quantia de dezoito contos e quatrocentos mil réis (18:400\$000) para pagamento a João Moreira do Couto, por desappropriação da ponte fluctuante de sua propriedade sobre o rio Tibagy, na villa de Conchas ; revogadas as disposições em contrario.

O Secretario de Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação a faça executar.

Palacio da Presidencia do Estado do Paraná, em 1.º de Abril de 1905, 17.º da Republica.

VICENTE MACHADO DA SILVA LIMA.—*Joaquim P. P. Chichorro Junior.*

Publicada na Secretaria de Obras Publicas e Colonisação, em 1.º de Abril de 1905.—

Luiz F. França.

N. 608 de 6 de Abril de 1905.—O Congresso Legislativo do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a lei seguinte :

Art. 1.º.—Fica prorogado por um anno, a contar da data da presente lei, o prazo estabelecido pela alinea A do § 2.º do art. 1.º da Lei n. 479 de 4 de Abril de 1902, para serem iniciados os serviços definitivos de exploração de mineraes existentes em terrenos devolutos no municipio do Rio Negro, pelo concessionario engenheiro Jorge Eisembach.

Art. 2.º.—Fica igualmente prorogado por 5 annos, a contar da data da presente lei, o prazo estabelecido pela alinea B, do § 2.º do art. 1.º da referida lei.

Art. 3.º.—Revogam-se as disposições em contrario.

O Secretario d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação a faça executar.

Palacio da Presidencia do Estado do Paraná, em 6 de Abril de 1905, 17.º da Republica.

VICENTE MACHADO DA SILVA LIMA.—*Francisco Gutierrez Beltrão.*

Publicada na Secretaria de Obras Publicas e Colonisação, em 6 de Abril de 1905.—*Luiz F. França.*

N. 609 de 6 de Abril de 1905.—O Congresso Legislativo do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a lei seguinte :

Art. 1.º.—E' concedido ao cidadão Augusto Hauser ou á empresa que o mesmo organizar, privilegio para construcção, uso e gozo de uma estrada de ferro de um metro de bitola que, partindo de Ponta Grossa, ou de qualquer outra estação ou ponto em sua proximidade e seguindo na zona comprehendida entre os rios Ivahy e Tibagy vá terminar na Ponta da Fortaleza ou em ponto mais conveniente da margem do rio Paranapanema.

Art. 2.º.—O Estado fará ao concessionario os seguintes favores :

A) Cessão gratuita de uma faixa de terras de 18 kilometros para cada lado do eixo da estrada e em eguaes condições as terras que, dentro da zona a que se refere o artigo anterior, sejam adjudicadas em substituição ás que n'aquella faixa forem de dominio particular.

B) Isenção de impostos estaduais sobre o material destinado á construcção da linha ferrea e suas dependencias.

C) Isenção durante 20 annos de quaesquer impostos sobre as terras da concessão.

Art. 3.º.—Ficam estabelecidas as seguintes obrigações para os concessionarios :

A) Assignar na Secretaria de Obras Publicas e Colonisação, dentro de 3 mezes da data desta lei, o contractoahi formulado para boa execucao desta concessão.

B) Submeter á approvaçao do Governo os estudos definitivos, dentro de 4 annos a contar da data da assignatura do contracto.

C) Dar começo aos trabalhos de construcção no prazo de 2 annos, a contar da data da approvaçao desses estudos.

Art. 4.º.—A medição das terras a que se refere o art. 2.º será feita por conta do concessionario e de accordo com as leis vigentes.

Art. 5.º.—Findo o prazo da concessão que será de noventa annos (90) será transferida para o Estado e sem onus algum para este, a posse da estrada com todo o seu material fixo e rodante.

Art. 6.º.—No contracto que se firmar, o Governo estabelecerá todas as condições sobre fiscalisação, caducidade, modo de concessão das terras e as que julgar convenientes para garantia dos interesses do Estado.

Art. 7.º—Para os ramaes incluídos nos estudos apresentados ao governo e por este julgados de utilidade, prevalecerão as condições estabelecidas para a linha principal.

O Secretario d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação a faça executar.
Palacio da Presidencia do Estado do Paraná, em 6 de Abril de 1905, 17.º da Republica.

VICENTE MACHADO DA SILVA LIMA.—*Francisco Gutierrez Beltrão.*

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação, em 6 de Abril de 1905.—*Luis F. França.*

N. 610 de 6 de Abril de 1905.—O Congresso Legislativo do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a lei seguinte :

Art. 1.º—Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a titulo de compra e a dois mil e quinhentos réis (23500) o hectare, a cada um dos cidadãos Jorge Schimmelpfeng e Cenion Bjerke ou as empresas que os mesmos organizarem, terras das existentes devolutas na comarca de Guarapuava.

§ 1.º Essas terras limitando-se a oeste com o rio Paraná, serão medidas nos logares designados pelos concessionarios nas petições para obtenção dos titulos provisorios de compra e terço para o primeiro a area de cento e cincoenta a duzentos e cincoenta mil (150.000 a 250.000) e para o segundo do cem mil (100.000) hectares.

§ 2.º Os pagamentos dessas terras serão feitos do modo seguinte :

A) Um terço da importancia total dentro de dez mezes contados da data da presente lei, sendo nessa occasião expedido o titulo provisorio.

B) Um terço a quatro mezes desta data.

C) O restante a quatro mezes da segunda prestação.

Art. 2.º—A desistencia da compra em qualquer tempo, por parte de cada um dos concessionarios, importa para esse a perda total das entradas effectuadas.

Art. 3.º—Fica cada um dos concessionarios, obrigado a demarcar lotes e colonisar parte dessas terras e de forma que, findo o prazo de oito annos a contar do titulo definitivo, esteja ahi fundada uma povoação e ligada esta por estrada a um ponto que será estabelecido no rio Paraná.

Parapho Unico.—Findo o prazo de que trata este artigo, o concessionario construirá na povoação e sem onus para o Estado, um edificio proprio para o funcionamento de escolas publicas.

Art. 4.º—Relativamente a medição das terras e outras obrigações, serão observadas as leis em vigor, ficando ainda o Poder Executivo autorizado a estabelecer os meios que julgar convenientes para cumprimento do que preceitua o artigo anterior.

Art. 5.º—Revogam-se as disposições em contrario.

O Secretario de Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação a faça executar.

Palacio da Presidencia do Estado do Paraná, em 6 de Abril de 1905, 17.º da Republica.

VICENTE MACHADO DA SILVA LIMA.—*Francisco Gutierrez Beltrão.*

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação, em 6 de Abril de 1905.—*Luis F. França.*

DECRETOS

N. 10 de 4 de Janeiro de 1905.—O Presidente do Estado do Paraná, tendo em vista a execução da autorisação constante da Lei n. 522 de 3 de Março de 1904 e usando de attribuições que lhe são conferidas por lei, decreta :

Art. 1.º—Ficam affectos á Secretaria d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação os actos que se prendem á execução do contracto que tem com o Estado o engenheiro Carlos João Frodij Westermann, cessionario do mesmo Estado no contracto de arrendamento da Estrada de Ferro do Paraná, de que é arrendatario.

Art. 2.º—Em virtude do artigo antecedente, a referida Secretaria providenciará para que na de Finanças sejam recolhidas as rendas da Estrada, bem como para que a esta sejam feitos os supplementos de fundos necessarios, devendo ficar escripturados, na mesma Secretaria de Finanças, e em livros especiaes, não só essas, como quaesquer outras operações financeiras, quer as já realisadas até esta data, quer as que tenham de ser feitas por força das obrigações contrahidas entre os contractantes.

Art. 3.º—Revogam-se as disposições em contrario.

Palacio da Presidencia do Estado do Paraná, em 4 de Janeiro de 1905.

VICENTE MACHADO DA SILVA LIMA.—*Joaquim P. P. Chichorro Junior.*

N. 47 de 15 de Fevereiro de 1905.—O Presidente do Estado do Paraná, attendendo a necessidade de promover o povoamento do rico municipio de Palmas decreta :

Art. 1.º—Ficam destinadas á fundação de uma colonia as terras devolutas da margem do rio do Peixe, no municipio de Palmas.

Parapho Unico.—A sede dessa colonia será estabelecida em logar conveniente, nas terras contiguas á foz do mesmo rio.



Art. 2.º—O perimetro da colonia deverá conter mais ou menos uma área equivalente a 12.000 hectares e abranger as melhores terras de cultura desta zona.

Paraphrased Unico.—Cada lote de terras deverá conter 25 hectares.

Art. 3.º—Ficam a cargo do commissario de terras do 20.º commissariado de determinação do perimetro da colonia, a medição e demarcação dos respectivos lotes, a classificação dos mesmos a venda dos lotes e a cobrança das respectivas importancias, a abertura de estradas e quaisquer outros melhoramentos coloniaes.

Art. 4.º—Pelos serviços constantes do artigo antecedente o commissario perceberá sobre a importancia que arrecadar pela venda de terras, uma porcentagem equivalente ao custo dos mesmos serviços, conforme as contas que apresentar á Secretaria de Obras Publicas e Colonisação, depois de devidamente aprovadas pelo governo.

§ 1.º As contas a que se refere este artigo serão apresentadas no fim de todos os semestres.

§ 2.º Em caso nenhum o valor dos serviços do commissario poderá exceder a importancia dos lotes vendidos e por elle arrecadada.

Art. 5.º—A venda de lotes será feita pelos preços da lei segundo a classificação das respectivas terras.

Art. 6.º—A colonia ora creada fica sujeita ao regulamento colonial em vigor, em tudo quanto não contrariar as disposições deste decreto.

Art. 7.º—A Secretaria de Obras Publicas e Colonisação dará a respeito as necessarias instruções.

VICENTE MACHADO DA SILVA LIMA.—*Joaquim P. P. Chichorro Junior.*

N. 67 de 1.º de Março de 1905.—O Presidente do Estado do Paraná resolve dispensar o Snr. João Ferreira da Luz do cargo de escripturario da commissão de fiscalisação de aguas e esgotos, visto ter sido nomeado para o lugar de Secretario da Repartição Central de Policia.

VICENTE MACHADO DA SILVA LIMA.—*Joaquim P. P. Chichorro Junior.*

N. 68 de 1.º de Março de 1905.—O Presidente do Estado do Paraná, attendendo a que é de urgente necessidade dotar a colonia do Rio Claro de estradas de rodagem que a ponham em facil communicação com a estrada de ferro São Paulo—Rio Grande, bem como de outros melhoramentos de que ella carece para desenvolver-se; e considerando que, para esse fim, precisa a referida colonia de uma administração uniforme que, conhecendo-lhe de perto as necessidades, promova o seu desenvolvimento, por meio de medidas adequadas, decreta:

Art. 1.º—As circumscrições coloniaes do Rio Claro, creadas pelo Regulamento a que se refere o Decreto n. 286, de 23 de Junho de 1904, ficam formando uma só, que comprehenderá toda a colonia.

Art. 2.º O cobrador dessa circumscrição, alem das attribuições que lhe competem, em virtude d'aquelle regulamento, terá tambem as de director da colonia, para os fins deste decreto.

Art. 3.º—Os trabalhos de construção de estradas e outros de utilidade geral da colonia serão administrados por esse funcionario, de accordo com os respectivos orçamentos organizados ou aprovados pela Secretaria de Obras Publicas e Colonisação.

§ 1.º Nesses trabalhos serão empregados somente os colonos que ainda estejam em debito para com o Estado e queiram pagal-o em serviços.

§ 2.º—Para regularidade do serviço, o director-cobrador enviará mensalmente á Secretaria de Obras Publicas e Colonisação a relação nominal dos colonos que trabalharem nessas condições, com indicação do numero de seus lotes, dias de trabalho, natureza deste e respectiva importancia.

§ 3.º A nenhum colono poderá ser dado trabalho em valor superior ao seu debito para com o Estado.

Art. 4.º—De posse da relação de que trata o artigo precedente, a Secretaria de Obras Publicas e Colonisação expedirá, a cada colono, ou o titulo definitivo do lote, se elle o tiver pago integralmente, ou uma declaração dos serviços prestados com indicação do respectivo valor, para opportunamente ser descontado do debito do mesmo colono.

Art. 5.º—A Secretaria de Obras Publicas e Colonisação nomeará tres ou mais colonos dos que já tenham pago sua divida integralmente e gosem na colonia de bom conceito para, formando um conselho consultivo, collaborarem com o director na administração da colonia a bem do seu desenvolvimento.

Art. 6.º—A porcentagem, a que tem direito o cobrador, não só pelos serviços de cobrança, como tambem pelos outros a que fica obrigado em virtude deste decreto, só será calculada sobre a importancia que o mesmo arrecadar em dinheiro, do seguinte modo:

- A) Até a arrecadação mensal de 1:000\$000, a sua porcentagem será de 40% ;
- B) Sobre o que exceder de 1:000\$000 até 1:500\$000, terá 10% ;
- C) Sobre o que exceder de 1:500\$000 até 2:000\$000, terá 15% ;
- D) Sobre o que exceder de 2:000\$000 terá 20%.

Art. 7.º—Da parte da arrecadação que, na conformidade do artigo antecedente, for recolhida aos cofres do Estado, o Governo, tendo em vista os relatorios do director, e no intuito de animar a lavoura e as pequenas industrias na colonia, poderá destinar a quantia que julgar conveniente para a instituição de premios agricolas e industriaes, para compra de animas de raça, machinas agricolas e para outros melhoramentos.

Art. 8.º—A directoria da colonia fica sujeita ao regimen do regulamento acima citado em tudo quanto não contrariar as disposições deste decreto.

Art. 9.º—A Secretaria de Obras Publicas e Colonisação dará as instrucções que se tornarem necessarias á boa administração da colonia, de accordo com este decreto.

Art. 10.º—Ficam revogadas as disposições em contrario.

VICENTE MACHADO DA SILVA LIMA.—*Joaquim P. P. Chichorro Junior.*

N. 114 de 3 de Abril de 1905.—O Presidente do Estado do Paraná, usando da autorisação que lhe confere o art. 1.º da Lei n. 585, de 16 de Março do corrente anno, nomeia os seguintes empregados para a Secretaria de Estados dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação :

Directoria de Terras e Colonisação : Director Luiz Ferreira França.

1.ª Secção (Terras) : 1.º Official Manoel Antonio Cordeiro.

2.º Official José Mathias Ferreira de Abreu.

2.ª Secção (Colonisação) : 1.º Official Evaristo Martins Franco.

2.º Official Aurelio Ribeiro de Campos.

Directoria de Obras e Viação : Engenheiro-director Dr. José Niepce da Silva.

Engenheiro-ajudante Dr. Antonio de Barros Vieira Cavalcanti.

2.º Official Augusto Cesar Espinola.

1.ª Secção (Obras) : Auxiliario de 1.ª classe Fernando Müller.

2.ª classe Arnaldo Kalkmann.

Desenhista Angelo Botechia.

2.ª Secção (Viação) : Auxiliario de 1.ª classe Dr. Affonso Cicero Sebrão.

2.ª classe Luiz de Castro Gonçalves.

Arquivista Ignacio de Almeida Faria.

Porteiro Joaquim Castilho Gomes de Medeiros.

Fiscalisação—Aguas e Esgoto : Fiscal Dr. Jorge Eisembach.

Ajudante Dr. João David Fernetta.

Auxiliario Moyzès Correia Alves de Araujo.

Iluminação : Fiscal João Candido da Silva Muricy.

Auxiliario Augusto Vieira de Castro.

Palacio da Presidencia do Estado do Parana, em 3 do Abril de 1905.

VICENTE MACHADO DA SILVA LIMA.—*Joaquim P. P. Chichorro Junior.*

N. 120 de 3 de Abril de 1905.—O Presidente do Estado do Paraná, por conveniencia do serviço publico resolve determinar que fique addido, com os vencimentos que actualmente percebe e como auxiliario da 2.ª Secção da Directoria de Obras e Viação, o actual desenhista da Secretaria d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação, Marcos Leschand.

VICENTE MACHADO DA SILVA LIMA.—*Joaquim P. P. Chichorro Junior.*

N. 123 de 4 de Abril de 1905.—O Presidente do Estado do Paraná manda que, para completa execução da Lei n. 585 de 16 de Março proximo findo, se observe e se cumpra o regulamento que com este haixa, assignado pelo Secretario d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação, reorganizando a respectiva Secretaria.

VICENTE MACHADO DA SILVA LIMA.—*Joaquim P. P. Chichorro Junior.*

REGULAMENTO

a que se refere o Decreto n. 123 desta data

(Reorganisa a Secretaria de Obras Publicas e Colonisação)

CAPITULO I

DA SECRETARIA E SUA ORGANIZAÇÃO ; DIVISÃO E DISTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO

Art. 1.º—A Secretaria de Obras Publicas e Colonisação é a repartição que, immediatamente subordinada ao Governo do Estado, tem a seu cargo a administração de todos os negocios publicos concernentes a terras, minas, obras publicas, colonisação, immigração, indios, correios e telegraphos estadaes, viação, navegação subvencionada, limites territoriaes, florestas e outros que, por sua relação de dependencia ou paridade, possam ser assimilados a estes.

Art. 2.º—A Secretaria terá o pessoal e as divisões seguintes :

Directoria de Terras e Colonização :

Um Director.

1.ª Secção — (Terras)

Um 1.º Official ;

Um 2.º Official.

2.ª Secção — (Colonização)

Um 1.º Official ;

Um 2.º Official.

Directoria de Obras e Viação

Um Engenheiro-director ;

Um Engenheiro-ajudante ;

Um 2.º Official.

1.ª Secção — (Obras)

Um Auxiliar tecnico de 1.ª classe ;

Um Auxiliar tecnico de 2.ª classe ;

Um Desenhista.

2.ª Secção — (Viação)

Um Auxiliar tecnico de 1.ª classe ;

Um Auxiliar tecnico de 2.ª classe.

Um Archivista.

Um Porteiro.

Um Contínuo.

Um Servente.

FISCALISAÇÃO

Água e Esgotos da Capital

Um Fiscal ;

Um Ajudante ;

Um Auxiliar.

Iluminação Publica da Capital

Um Fiscal ;

Um Auxiliar.

Art. 3.º—A Secretaria será presidida pelo Secretario d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonização, a quem compete :

§ 1.º Corresponder-se com o Congresso Legislativo por meio de officios dirigidos ao 1.º Secretario, ou em conferencias com as commissões, na forma do art. 60 da Constituição do Estado ;

§ 2.º Auxiliar o Presidente do Estado e subscrever-lhe os actos relativos aos negocios da Secretaria ;

§ 3.º Fiscalizar e determinar que se executem todos os serviços da repartição ;

§ 4.º Apresentar annualmente ao Presidente do Estado um relatório minucioso do que tiver occorrido na Secretaria durante o anno ;

§ 5.º Mandar satisfazer as despesas reputadas de autorização permanente, uma vez estejam correntes e não se achem excedidas as competentes consignações orçamentarias ;

§ 6.º Apresentar ao Presidente, nos dias designados para despacho, os papeis processados, emitindo parecer escripto quando se trate de negocio importante ;

§ 7.º Receber o compromisso dos empregados, assignando os respectivos termos ;

§ 8.º Apresentar ao Presidente as demonstrações de insufficiencia de credits, para que sejam suppridos nos casos em que a lei permittir ;

§ 9.º Dirigir em aviso ás autoridades e funcionarios subordinados as instruções precisas para completa e fiel execução das leis, decretos e regulamentos do Estado ;

§ 10.º Apresentar ao Presidente, em tempo opportuno, as bases para o orçamento das despesas da Secretaria ;

§ 11.º Promover a responsabilidade dos empregados seus subordinados.

Art. 4.º A Directoria de Terras e Colonização terá a seu cargo, na parte puramente administrativa, os negocios concernentes a terras, mineração, viação, navegação subvencionada, privilegios, colonização, limites territoriaes, florestas e outros de natureza semelhante ; e compete-lhe :

§ 1.º Receber e apresentar ao Secretario, para despacho deste ou do Presidente do Estado, depois de devidamente informados, os papeis que deram entrada na repartição, referentes aos negocios a seu cargo ;

§ 2.º Receber, encaminhar, preparar e apresentar ao Secretario, para sentença do Presidente, os autos de medições de terras, acompanhados de uma breve exposição do caso, por escripto ;

§ 3.º Fazer a escripturação de todas as despesas ordinarias da Secretaria ;

§ 4.º Dar a demonstração, de quatro em quatro mezes, do emprego dos credits e consignação e justificação do augmento que for necessario ;



§ 5.º Fazer o registro de títulos de engenheiros civis, de minas, geographos, agrimensores e bachareis em mathematicas, nacionaes ou estrangeiros ;

§ 6.º Organizar a estatística geral das colonias, de accordo com o regulamento a que se refere o Decreto n. 283, de 28 de Julho de 1904 ;

§ 7.º Escripturnar convenientemente a arrecadação da divida colonial, discriminando a arrecadação em dinheiro da proveniente de serviços prestados em obras publicas pelos colonos.

Art. 5.º—A Directoria de Obras e Viação terá a seu cargo, na parte technica, os negocios concernentes a terras, mineração, viação, navegação subvencionada, privilegios, colonização, limites territoriaes, florestas e outros de natureza semelhante ; e compete-lhe :

§ 1.º Receber e apresentar ao Secretario, para despacho deste ou do Presidente do Estado, depois de devidamente informados, os papeis que derem entrada na repartição, referentes aos negocios a seu cargo ;

§ 2.º O levantamento da carta geographica do Estado ;

§ 3.º A organização de plantas, orçamentos e instruções para as obras a executar ;

§ 4.º A direcção dos serviços feitos administrativamente ;

§ 5.º A fiscalização dos serviços feitos por contractos ;

§ 6.º A inspecção de todas as obras para as quaes o Estado concorra com auxilio ;

§ 7.º A organização de bases para contractos ;

§ 8.º O estudo e exame de papeis e contas referentes a obras publicas ;

§ 9.º O estudo e exame da parte technica dos autos de medição de terras ;

§ 10.º A escripturação das despezas referentes a obras publicas e serviços que correrem pela respectiva Directoria.

Art. 6.º—Os serviços que competem a cada uma das Directorias serão distribuidos pelas respectivas Secções, de accordo com a denominação de cada uma destas e com a conveniencia do serviço.

Art. 7.º—A Secção annexa de Fiscalização terá a seu cargo :

A) Especialmente a fiscalização das obras de saneamento e do serviço de iluminação electrica da Capital ;

B) Em geral, a fiscalização de todas as obras e serviços publicos que correrem pela Secretaria.

§ Unico. Na fiscalização especial de que trata a alínea A deste artigo, os deveres dos funcionarios encarregados desse serviço são, respectivamente, os que constam do regulamento a que se refere o Decreto n. 193 de 10 de Maio de 1904 e o auto da Secretaria de Obras Publicas, n. 18 de 27 de Agosto do mesmo anno.

Art. 8.º—Constituem obrigação commum das Directorias e da Secção annexa de fiscalização :

I O minucioso preparo de notas de seus trabalhos durante o anno, para confecção do relatório de que trata o § 4.º do art. 3.º deste regulamento ;

II A guarda e arranjo de papeis referentes aos negocios de cada uma, até serem findos ou prejudicados ;

III As certidões sobre negocios de suas especiaes attribuições ;

IV A matricula dos empregados, mencionadas as datas das nomeações, posses, vencimentos, interrupção de exercicio, penas disciplinares, renuncias, fallecimentos e demais informações ;

V O registro da entrada de todos os papeis ;

VI O extracto do expediente que deva ser publicado ;

VII As notas de despachos que devam ser transcriptas no livro da porta ;

VIII O inventario de moveis, instrumentos e demais objectos ;

IX O preparo da correspondencia a expedir e a collecção organizada da expedida ;

X O preparo de actos concernentes á sancção, promulgação das leis e respectivos regulamentos ou instruções ;

XI O preparo para propostas de creditos extraordinarios e supplementares ;

XII A expedição e registro dos actos, títulos de nomeação e remoção, demissão e licença dos empregados e outros funcionarios ;

XIII Indicar, nos pareceres sobre despezas, a verba do orçamento por ordem devam correr e verificar si ella é sufficiente.

Art. 9.º—Na fiscalização geral de que trata a alínea B do art. 7.º compete á Secção annexa de Fiscalização :

§ 1.º Fiscalizar, quando ordenado pelo Secretario, os serviços mandados fazer pela Secretaria, administrativamente ou por contracto, e dar parecer a respeito ;

§ 2.º Fiscalizar, quando ordenado pelo Secretario, todas as obras para as quaes o Estado concorra com auxilio, e dar parecer a respeito ;

§ 3.º Collaborar com a Directoria de Obras Publicas e Viação na confecção de projectos e orçamentos de obras a fazer-se, no exame e escolha do material necessario e do local apropriado, no levantamento de plantas e traçados de estradas e em todas as questões technicas da competencia da referida Directoria.

CAPITULO II
DOS FUNCIONARIOS
SECÇÃO I



Sua nomeação

Art. 10.—O Director, o Engenheiro-director, o Engenheiro-ajudante, os Auxiliares technicos e Desenhistas, os funcionarios da Fiscalização e o Porteiro são de confiança do Governo e nomeação do Presidente do Estado. O Contínuo e o Servente serão de nomeação do Secretario.

Art. 11.—O provimento para os cargos de segundos officiaes será feito por concurso.

§ 1.º Esse concurso será annuciado pelo Director da Directoria em que se der a vaga e o prazo para a respectiva inscrição será de 20 dias a contar da data da publicação do edital.

§ 2.º Para a admissão ao concurso será preciso que os candidatos provem :

- I Edade maior de 18 annos ;
- II Bom procedimento moral e civil ;
- III Capacidade physica.

Art. 12.—O concurso versará sobre as seguintes materias :

- I Calligraphia ;
- II Linguas nacional e franceza ;
- III Arithmetica ;
- IV Contabilidade commercial e publica ;
- V Geometria plana ;
- VI Geographia do Brazil, especialmente do Paraná ;
- VII Redacção official.

Art. 13.—A commissão examinadora será composta do Director da Directoria em que se tenha dado a vaga e de mais tantos examinadores quantos forem necessarios, nomeados pelo Secretario.

§ Unico Para examinadores poderão ser nomeados, ou empregados na Secretaria, ou pessoas extranhas a ella, de preferéncia leites do Gymnasio Paranaense e do Instituto Commercial.

Art. 14.—Os candidatos serão examinados conjunctamente nas mesmas materias.

§ 1.º As provas sobre cada uma dellas serão escriptas, datadas e assignadas pelo candidato e rubricada pela commissão examinadora.

§ 2.º Alem da escripta, haverá tambem uma prova oral sobre cada materia, e outra practica para as materias que tal exigirem.

§ 3.º O concurso durará tantos dias quantos forem precisos, sendo imprescindivel que a prova escripta seja dada dentro do mesmo dia.

Art. 15.—A commissão classificará os candidatos habilitados conforme o gráo de approvação e merecimento de cada um dellas.

Art. 16.—Durante os trabalhos do concurso, lavrar-se-á diariamente uma acta, da qual deverão constar com clareza e minuciosidade, os trabalhos do dia.

Essas actas serão lavradas por um 2.º Official designado pelo Director.

Art. 17.—Findo o concurso, a commissão enviará ao Presidente do Estado, por intermedio do Secretario, que dará a respeito o seu parecer, as respectivas provas, nas quaes cada examinador expendirá o seu juizo, bem como copia das actas dos exames.

§ Unico. O Presidente do Estado, em vista dos documentos a que se refere este artigo, e dos que acompanharem os requerimentos dos candidatos, escolherá para a vaga aquelle que melhores aptidões tiver revelado.

Art. 18.—Não se apresentando concurrentes, o Presidente do Estado poderá prover a vaga interinamente, devendo-se, porém, no fim de tres meses, annunciar novo concurso.

Art. 19.—O provimento para os cargos de primeiros officiaes será feito por promoção dentre os segundos officiaes, por ordem de antiguidade ou merecimento.

§ Unico. Tanto os primeiros como os segundos officiaes só perderão seus logares em virtude de sentença.

SECÇÃO II

SUAS ATTRIBUIÇÕES E DEVERES

Das Directores e dos Chefes da fiscalização

Art. 20.—Aos Directores e aos Chefes da fiscalização compete :

§ 1.º Dirigir e fiscalizar seus subalternos nos trabalhos da Secretaria.

§ 2.º Empossar nos respectivos cargos os empregados nomeados, depois que houverem drestado o compromisso legal.

§ 3.º Subscrever os termos de compromisso, bem como os demais termos lavrados na respectiva Directoria ou secção de fiscalização.

§ 4.º Determinar e dirigir a publicação dos respectivos actos officiaes.

§ 5.º Corresponder-se directamente, em nome do Secretario, com qualquer autoridade, exceptuados o Presidente do Tribunal de Justiça, da Junta Commercial, Secretarios de Estado e do Congresso e Prefeitos, requisitando os esclarecimentos e informações que forem precisas para instrução dos negocios da sua competencia.

§ 6.º Autenticar as certidões requeridas pelas partes e as mais que tenham de ser dadas pela respectiva Directoria ou secção de fiscalização.

§ 7.º Examinar se estão conforme ao resolvido e nos devidos termos, os actos, decretos e titulos que tenham de ser expedidos pela respectiva Directoria ou secção de fiscalização.

§ 8.º Justificar, independente de qualquer documento, até tres faltas por mez, dos empregados seus subordinados.

§ 9.º Abrir, numerar e encerrar todos os livros necessarios aos seus trabalhos.

§ 10. Preparar ou fazer preparar, instruindo com os necessarios documentos e informações, todos os negocios que tenham de subir ao conhecimento do Secretario e decisão do Presidente, declarando nos pareceres si concordam ou não com elles, dando sempre o fundamento de sua opinião, toda a vez que divergirem.

§ 11. Receber e abrir toda a correspondencia e fazer protocollar no livro da porta todos os papeis de interesse particular, ou que não venham á Secretaria por intermedio de officio; distribuil-os pelas secções e ordenar que sejam processados;

§ 12.º Rever todos os avisos e actos que tiverem de ser assignados pelo Secretario ou Presidente, corrigindo as faltas, não só quanto á redacção mas tambem no tocante á sua fidelidade.

§ 13. Dar ao Secretario, verbalmente, ou por escripto, todas as informações que lhe forem ordenadas sobre negocios á seu cargo e executar os trabalhos que por elle lhes forem committidos.

§ 15. Presidir o ponto dos empregados e encerrar-o, pondo as competentes notas.

§ 16. Propôr ao Secretario todas as medidas que lhes pareçam necessarias para o bom andamento do serviço.

§ 17. Apresentar annualmente ao Secretario as notas para o relatório, acompanhadas de exposição dos negocios respectivos, na qual fundamentarão as medidas que suggerirem em bem do serviço.

§ 18. Designar o empregado que deva auxiliar o serviço de qualquer secção quando houver affluencia de trabalho, ou sua urgencia assim exija.

§ 19. Representar ao Secretario o que convier sobre a execução de contractos para serviços a cargo da Secretaria.

§ 20. Informar ao Secretario sobre aptidões, serviços ou faltas de seus subordinados.

§ 21. Manter a ordem e regularidade do serviço e exercer quaesquer outras attribuições que por lei já lhes sejam conferidas e que não forem contrarias ás do presente regulamento.

DOS ENGENHEIROS-AJUDANTES

Art. 21.—Aos Engenheiros-ajudantes compete :

§ 1.º Dirigir e fiscalisar seus subalternos nos trabalhos da Secretaria.

§ 2.º Auxiliar o Engenheiro-Director nas suas obrigações.

DOS AUXILIARES TECHNICOS

Art. 22.—Além das attribuições que lhes são inherentes, compete-lhes :

§ 1.º Organisar os projectos de obras a se executar.

§ 2.º Dirigir a execução das que se fizerem administrativamente

§ 3.º Inspeccionar e fiscalisar as obras feitas por contracto.

§ 4.º Inspeccionar as obras para as quaes o governo concorra com auxilio.

§ 5.º Apontar as modificações de que carecerem os projectos em execução e a seu cargo, indicando os meios de levá-os a effeito.

§ 6.º Examinar os edificios pertencentes ao Estado, organisando plantas e orçamentos dos reparos que forem precisos.

§ 7.º Comunicar ao ajudante as infrações de contractos para que este leve ao conhecimento do Director e pelo Secretario sejam impostas as penas nelles estipuladas.

§ 8.º Requisitar das autoridades os auxilios de que precisarem para que não sejam perturbados na execução de seus trabalhos.

§ 9.º Examinar as obras feitas por administração e dar parecer declarando si estão exactas ou não.

§ 10. Apresentar ao ajudante para que esta, por intermedio do Director, os faça chegar ás mãos do Secretario, relatórios circumstanciados dos trabalhos que estiverem a seu cargo, especificando :

1.º O andamento que tiver tido cada uma das obras em execução, especialmente as que dirigir por administração, o seu estado e o quanto falta para sua conclusão;



II O estado das vias de comunicação mais importantes com indicação dos reparos ou melhoramentos que carecerem ;

III O exame de obras, o levantamento de plantas, os nivelamentos, os trabalhos de exploração, viagens feitas para os fins do numero antecedente e quaesquer outros serviços em que tiver se occupado no espaço de quatro mezes ;

Taos relatorios deverão ser acompanhados de mappas que indicarão, resumidamente, o objecto de cada uma das obras recebidas, durante o trimestre antecedente, com declaração das que deixarem de ser cumpridas e das causas que isto motivaram.

Art. 23.—Os auxiliares que forem incumbidos de trabalhos de campo poderão fazer as despesas necessarias com o pessoal indispensavel para os coadjuvar, remetendo ferias documentadas á Directoria.

As ferias deverão ser acompanhadas de uma exposição minuciosa do trabalho feito.

DOS PRIMEIROS OFFICIAES

Art. 24.—Aos primeiros officiaes compete :

§ 1.º Estudar, examinar e interpôr parecer, datado e assignado, nos papeis que lhes forem distribuidos, sobre negocios peculiares de suas secções. Nos pareceres deverão expôr o negocio de que se trate, e seu historico, conforme as notas e mais informações que lhes possam chegar ao conhecimento, bem como a legislação que deva regular a hypothese.

Nestes trabalhos serão auxiliados pelos demais empregados da secção, sendo, entretanto, tão sómente os primeiros officiaes responsaveis pela exactidão dos pareceres e informações.

§ 2.º Dirigir, examinar e promover todos os trabalhos de suas secções, distribuindo o serviço pelos seus subordinados e os fiscalizando no cumprimento de deveres e funções, em ordem a conseguir a pontualidade e nitidez necessarias aos trabalhos das repartições publicas.

§ 3.º Fazer ou mandar fazer as matriculas dos empregados seus subordinados e mais funcionarios cujos negocios sejam de competencia da secção, observando em taes matriculas o disposto no art. 8 n. IV.

§ 4.º Mandar archivar, devidamente classificados, os papeis de processo findo.

§ 5.º Redigir, todos os actos e officios, deixando minutas para encadernar e archivar.

§ 6.º Admoestar os empregados subalternos da secção e participar ao Director faltas pelas quaes mereçam correção mais severa.

§ 7.º Manter nas secções a policia da Secretaria, impedindo que sejam perturbados o silencio e a ordem ;

§ 8.º Lançar os despachos que forem proferidos nos negocios de suas secções e numerar os officios por elles expedidos ;

§ 9.º Authenticar as cópias e mais papeis que exigirem esta formalidade ;

§ 10 Organisar e apresentar ao Director as notas para confecção do relatório do Secretario, instruindo-as com seu parecer, no qual poderão propôr medidas que forem reclamadas ou aconselhadas pela pratica ;

§ 11. Fazer ou mandar fazer o extracto do expediente para a publicação.

DOS DESENHISTAS

Art. 25. Os desenhistas se occuparão de todos os desenhos e copias que lhes forem ordenados pelo Engenheiro Director, sob a immediata instrução do Ajudante.

§ Unico. Poderão ser utilizados em outros serviços inherentes á secção de que fazem parte, quando assim for necessario.

DOS SEGUNDOS OFFICIAES

Art. 26. Aos segundos officiaes incumbe executar com zelo todos os trabalhos que lhes forem distribuidos pelos primeiros officiaes.

Elles são responsaveis, no desempenho desses trabalhos, pela regularidade do serviço e pela exactidão das informações que prestarem.

DO ARCHIVISTA

Art. 27.—O Archivista tem a categoria de segundo official e compete-lhe :

§ 1.º Conservar em ordem e boa guarda o archivo da Secretaria.

§ 2.º Ter um indice geral do archivo, organizado de modo a tornar facile e prompta a busca de qualquer papel

§ 3.º Ter um livro especial de carga onde sejam lançados os papeis que entrarem para o archivo.

A não ser em casos especiaes, permittidos por lei e em virtude de despacho do Secretario, nenhum papel poderá sahir do archivo. Todavia, poderão ser tiradas certidões de quaesquer papeis ou documentos, quando requeridas pelos interessados e mandadas passar pelo Secretario.

O archivista é responsavel pela falta de qualquer papel pertencente ao archivo.

DO PORTEIRO

Art. 28.—Ao Porteiro são directamente subordinados o Continuo e o Servente.

Incumbe-lhe :

- § 1.º Abrir a Secretaria meia hora antes de começarem os trabalhos e fechar-a ao terminarem estes, sendo responsavel pela guarda e conservação dos objectos da repartição.
- Além dos dias de serviço ordinario, é obrigado a abrir a Secretaria todas as vezes que, por ordem do Secretario, lhe determine o Director.
- § 2.º Cuidar do asseio e prover as mezas dos objectos necessarios ao serviço.
- § 3.º Assignar carga dos objectos comprados para expediente.
- § 4.º Receber a correspondencia fazendo entrega della ao Director.
- § 5.º Fechar a correspondencia official, sob a inspecção dos primeiros officiaes e dos respectivos Directores.
- § 6.º Registrar no livro da porta todos os requerimentos, fazendo um resumo succinto do objecto principal delles.
- § 7.º Determinar e inspecionar o serviço do Continuo e do Servente.
- § 8.º Manter a ordem e o respeito entre as pessoas que se acharem fóra dos reposteiros.
- § 9.º Fazer as despezas miudas da Secretaria, devidamente autorisadas pelo Director, a quem prestará contas no fim de todos os mezes.

Art. 29.—O Porteiro em suas faltas será substituido pelo Continuo.

DO CONTINUO

Art. 30.—O continuo deverá comparecer á Secretaria á mesma hora que o porteiro, e compete-lhe :

- § 1.º Auxiliar o porteiro na limpeza, conservação e arranjo da Secretaria.
- § 2.º Servir no expediente as Directorias, a Fiscalisação e as secções.
- § 3.º Auxiliar os empregados na collocação e arranjo dos papeis e livros remettidos ao archivo.

Secção III

SEUS VENCIMENTOS E VANTAGENS

Art. 31.—Os vencimentos dos empregados da Secretaria são os fixados na Tabella annexa ao presente regulamento.

Art. 32.—Os empregados que faltarem ao serviço soffrerão perda total de seus vencimentos, ou desconto, conforme a regra seguinte :

1.º O que faltar por motivo justificado perderá sómente a gratificação

São motivos justificados :

I Molestia ;

II Nojo ;

III Gala de casamento ;

Por motivo de nojo são justificadas as faltas do seguinte modo :

a) por morte dos paes, avós e mulheres, 3 dias ;

b) por morte de tios, irmãos e cunhados, 3 dias ;

c) por morte de sogro, sogra, genro e nora, 3 dias ;

d) por morte de descendentes puberes, 3 dias.

§ 2.º Serão provadas com attestado medico as faltas por molestias que excedam de 3 por mez.

§ 3.º Não são consideradas justificaveis as faltas provenientes de desempenho de serviço não obrigatorio.

§ 4.º Ao empregado que comparecer depois de encerrado o ponto, mas dentro da hora que se seguir á fixada para o principio dos trabalhos, justificando a demora, ou retirar-se com permissão do Director, uma hora antes de findo o expediente, se descontará sómente metade da gratificação.

§ 5.º O que comparecer mais tarde, embora justifique a demora, ou retirar-se mais cedo, perderá a gratificação.

§ 6.º O comparecimento depois de encerrado o ponto, sem motivo justificado, e a sahida sem permissão antes de findar o expediente, importa a perda de todo o vencimento.

§ 7.º O desconto por faltas interpoladas recahirá sómente nos dias em que ellas se deram ; mas si as faltas forem successivas, o desconto se estenderá tambem aos dias que, não sendo de serviço, ficarem comprehendidos no periodo das faltas.

§ 8.º Perdem a gratificação e metade do ordenado no caso de suspensão por effeito de pronuncia em crime de responsabilidade, recebendo a outra metade do ordenado, dada a absolvição. Perdem a gratificação durante a suspensão preventiva.

§ 9.º Perdem todo o vencimento no caso de suspensão disciplinar, durante o tempo desta e de pronuncia em crime commum durante o effeito della.

§ 10. Nenhum desconto, porém, se fará ao empregado que não comparecer á hora marcada, ou não assignar o ponto :



- I Enquanto estiver em serviço da repartição, fóra della ;
 - II Quando for sorteado jurado, durante o tempo em que fizer parte do Tribunal do Jury ;
 - III Nos dias em que tiver de votar, se fór eleitor.
- Em todos os casos do § antecedente se deverá fazer a devida annotação no livro competente.
- § 11. Os empregados interinos só tem direito aos vencimentos integrais durante o tempo em que effectivamente exercerem os logares, excluindo o da licença, molestia, noiva, gala de casamento, bem como todo e qualquer impedimento por motivo de serviço publico.
- As disposições da presente secção não são applicaveis ao Secretario.

SECÇÃO IV

SUAS SUBSTITUIÇÕES

- Art. 33.—Em suas faltas ou impedimentos serão substituidos :
- § 1.º O Secretario por quem for interinamente nomeado pelo Presidente e na falta dessa nomeação, successivamente pelo Director de Terras e Colonisação e pelo de Obras e Viação.
 - § 2.º O Director de Terras e Colonisação pelo 1.º official da secção de Terras ou, na falta deste, pelo da secção de Colonisação.
 - § 3.º O Director de Obras e Viação pelo seu ajudante e successivamente pelos auxiliares technicos de 1.ª classe da 1.ª e 2.ª secções.
 - § 4.º Os primeiros officiaes pelos segundos.
 - § 5.º Os segundos officiaes pelo Porteiro e este pelo Continuo.
 - § 6.º Na Secção de Fiscalisação, o fiscal por seu ajudante ou auxiliar e o ajudante pelo auxiliar.
- Art. 34.—Os empregados acima e demais funcionarios dependentes da Secretaria, que substituirem outros, perceberão os seus proprios vencimentos e mais as gratificações que perderam os substituidos, contanto que em caso algum excedam aos vencimentos integrais destes.
- § Unico. Quando os substituidos por motivo justo conservarem todos os seus vencimentos, as gratificações serão pagas ao substituto pela verba «Eventuales».
- Art. 35.—Reputar-se-á, unicamente, substituição o exercicio interino do emprego, cujas funcções forem diversas das que ao empregado substituto competirem no seu proprio lugar.

CAPITULO IV

DAS LICENÇAS

- Art. 36.—As licenças dos empregados serão dadas pelo Presidente do Estado até 6 mezes e reguladas do modo seguinte :
- 1.º No caso de molestia provada com attestado medico, perceberão o ordenado si a licença não exceder de tres mezes.
 - 2.º Sendo a licença concedida por qualquer outro motivo, não perceberá o empregado vencimento algum.
 - 3.º No caso de licença não se accumulirão ordenado e gratificação, salvo disposição legislativa especial.
- Art. 37.—As licenças devam contar-se da data do *Cumpra-se* do chefe da repartição.
- § Unico. O prazo para apresentação dos titulos será de 30 dias contados da data da concessão.
- Art. 38. Depois do *Cumpra-se* não poderá o empregado continuar em exercicio, salvo a renunciar a licença.
- Art. 39.—O sello por ellas devido tem de ser pago antes do *Cumpra-se* do chefe da repartição.
- Art. 40. As concedidas ao chefe da repartição não estão sujeitas ao *Cumpra-se*, devendo começar a vigorar quando apresentadas para esse fim dentro do prazo do § unico do art. 36.
- Art. 41.—Ficarão sem effeito as licenças que não se começarem a gosar dentro do prazo referido no artigo acima.
- Art. 42. As licenças com ordenado só aproveitam aos funcionarios effectivos.
- Art. 43.—Os pedidos de licenças devem ser acompanhados de informação em que os primeiros officiaes ou o Director declararão, claramente, sua opinião sobre a concessão della.
- Art. 44.—Só podem ser concedidas novas licenças depois de decorrido um anno de termo da ultima, salvo o caso de molestia grave.
- Art. 45.—O Secretario será competente para conceder licença aos funcionarios de sua nomeação e de 15 dias aos de nomeação do Presidente do Estado.

CAPITULO V

DAS PENAS

- Art. 46. Os empregados, nos casos de negligencia, desobediencia, ou falta de cumprimento de deveres, incorrerão nas seguintes penas disciplinares :

I Advertência.

II Reprehensão verbal ou escripta, conforme a gravidade da falta.

III Suspensão por 8 a 15 dias.

IV Suspensão por 1 a 3 mezes

Art. 47.—Estas penas serão impostas :

§ 1.º Pelo Presidente do Estado, todas.

§ 2.º Pelo Secretario, as de que tratam os numeros I, II e III do artigo antecedente.

§ 3.º Pelos Directores, as de que tratam os numeros I e II do mesmo artigo.

§ 4.º Pelos primeiros officiaes e ajudante, a de que trata o numero I.

Art. 48.—A suspensão disciplinar importa a perda de todos os vencimentos.

Art. 49.—A imposição de qualquer destas penas não derime a acção criminal nos casos puniveis pelo Codigo.

Art. 50.—As penas do que trata o presente capitulo não são applicaveis ao Secretario.

CAPITULO VI

DO PONTO, DA ORDEM E PROCESSO DO SERVIÇO

Art. 51.—Haverá na Secretaria tres livros do ponto, nos quaes os empregados assignarão seus nomes ás horas marcadas para começar e findar os trabalhos, sendo encerrados pelos Directores ás 10 1/2 horas do dia.

Art. 52.—Um quarto de hora antes de findar o expediente, os Directores mandarão abrir os livros do ponto para serem assignados pelos empregados á sahida da repartição.

Art. 53.—Nenhum empregado, depois de haver assignado o ponto, poderá ausentar-se sem licença do respectivo Director ou do Secretario, sob pena de perder a gratificação.

Art. 54.—Cada Director mencionará, após o encerramento, os comparecimentos tardios e as retiradas antes de findar o expediente, declarando a hora exacta para effectuar-se o desconto dos vencimentos.

Art. 55.—As penas impostas aos empregados, uma vez importem em perda ou desconto de vencimentos, serão notadas no livro do ponto.

Art. 56.—São isentos do ponto o Secretario e os Directores.

Art. 57.—Os funcionarios da Secção annexa de Fiscalisação ficam igualmente isentos do ponto, devendo todavia conservar-se na repartição, durante as horas do expediente desta, sempre que não estejam em serviço externo.

Art. 58.—Todos os negocios que disserem respeito á Secretaria serão endereçados ou requeridos ao Presidente do Estado por intermedio do Secretario de Obras Publicas e serão recebidos na Secretaria por via official, ou por meio de requerimentos ou representações entregues ao porteiro.

E' expressamente prohibido a qualquer outro funcionario receber os papeis a que se refere este artigo.

Art. 59.—Entregues pelo porteiro ao Director respectivo, este os fará processar de accordo com as prescripções deste Regulamento; e assim processados os fará subir ao Secretario, que os apresentará a despacho do Presidente, se não estiver em suas attribuições resolver-os.

CAPITULO VII

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 60.—Os auxiliares technicos e desenhista continuarão a perceber a diaria de 5\$000, alem de seus vencimentos, quando em serviço fora da capital.

Art. 61.—E' prohibida a admissão de collaboradores, quer gratuitos, quer remunerados.

Art. 62.—As notas relativas a qualquer pena imposta por falta de que o empregado se justifique cabalmente, serão canceladas no livro da matricula a que se refere o n. IV do art. 8.º, por ordem do Presidente do Estado ou do Secretario, nos casos do § 2.º do artigo 46.

Art. 63.—Nenhum empregado poderá ser procurador de partes em negocio que directa ou indirectamente dependa da repartição.

Art. 64.—Todos os empregados são obrigados a tratar as partes com urbanidade, aviando-as com promptidão e sem dependencia ou predilecções odiosas.

A parte maltratada, ou que se julgar agravada ou preterida no seu direito, poderá queixar-se verbalmente ao Secretario, o qual, ouvindo o empregado arguido, e reconhecida a justiça da queixa, dará a devida satisfação, advertindo, reprehendendo, ou suspendendo o empregado, conforme o caso pedir.

Art. 65.—E' prohibido a todo empregado :

1.º Tirar ou levar consigo qualquer papel pertencente ao Arquivo, ou em examens seções ou mezas ;

2.º Entretêr-se em conversação durante o expediente, com outro empregado, com as partes



ou pessoas extranhas, sobre negocio que não seja relativo ao mesmo expediente, ou ao trabalho que estiver incumbido ;

3º Altercar com as partes ;

Art. 66.—Os requerimentos despachados não poderão ser entregues ás partes. Os requerimentos, porém, quando os requerimentos forem deferidos, poderão ser entregues mediante recibo e quando tiverem tido despacho favoravel, só poderão ser restituídos ficando certidão paga pela parte, exceptuando-se os diplomas, patentes, títulos e fés de officio, que poderão ser entregues mediante recibo.

Em qualquer dos casos serão carimbados antes da restituição.

Art. 67.—Continuam em vigor as disposições dos anteriores regulamentos da Secretaria, que não forem contrarias ás do presente.

Art. 68.—Continúa a ser feito na Secretaria o registro dos títulos dos engenheiros civis, de minas, geographos, agrimensores e bachareis em mathematicas, nacionaes ou estrangeiros.

§ Unico. Não poderão exercer funções publicas do Estado, que devam ser preenchidas por profissional, aquelles que não registrarem seus títulos na Secretaria.

Art. 69.—Revogam-se as disposições em contrario.

Secretaria d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonização, em 4 de Abril de 1905.

Joaquim P. P. Chichorro Junior.

N. 127 de 5 de Abril de 1905.—O Presidente do Estado do Paraná, resolve dispensar o Sr. Joaquim Procopio Pinto Chichorro Junior do cargo de Secretario de Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonização e nomear para substituí-lo o dr. Francisco Gutierrez Beltrão.

VICENTE MACHADO DA SILVA LIMA.—*Bento José Lamenha Lins.*

N. 148—de 12 de Abril de 1905.—O Presidente do Estado do Paraná, sob proposta do Secretario de Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonização, determina que passe a exercer o cargo de archivista da respectiva Secretaria o 2º official da Directoria de Obras e Viação, Augusto Cezar Espinola, occupando este logar o actual archivista Ignacio de Almeida Faria.

VICENTE MACHADO DA SILVA LIMA.—*Francisco Gutierrez Beltrão.*

N. 177 de 25 de Abril de 1905.—O Presidente do Estado do Paraná, autorizado pelo art. 2º da lei n. 583 de 16 de Março do corrente anno, resolve abrir um credito da quantia de cinco contos cento e trinta e quatro mil quatrocentos e quarenta e quatro réis, para attender ao pagamento, durante o exercicio vigente, dos vencimentos do pessoal da Secretaria de Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonização, augmentado de accordo com o art. 1º da citada lei.

VICENTE MACHADO DA SILVA LIMA.—*Francisco Gutierrez Beltrão.*

N. 191 de 8 de Maio de 1905.—O Vice-Presidente do Estado do Paraná, usando da autorização que lhe confere a letra J, das Disposições transitorias da Lei n. 566 de 3 de Abril de 1904, decreta :

Art. unico.—É transportada para a verba «Fretes e Passagens» do orçamento vigente a quantia de um conto de réis da verba consignada ao § 2º do art. 5º da Lei n. 566 de 8 de Abril do anno passado ; revogadas as disposições em contrario.

JOÃO CANDIDO FERREIRA.—*Francisco Gutierrez Beltrão.*

N. 197 de 10 de Maio de 1905.—O 1º Vice-Presidente do Estado do Paraná, usando da autorização que lhe é concedida pela lei n. 602, de 1º de Abril do corrente anno, decreta :

Art. unico.—É aberto um credito especial da quantia de dezanove contos e quatrocentos mil réis, para pagamento a João Moreira do Couto, por desapropriação da ponte fluctuante de sua propriedade sobre o rio Tibagy ; revogadas as disposições em contrario.

Palacio da Presidencia do Estado do Paraná, em 10 de Maio de 1905.

JOÃO CANDIDO FERREIRA.—*Francisco Gutierrez Beltrão.*

N. 219 de 27 de Maio de 1905.—O 1º Vice-Presidente do Estado do Paraná nomeia o Dr. Carlos José da Costa Pimental para exercer o cargo de engenheiro ajudante da Directoria de Obras e Viação da Secretaria d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonização, visto não ter o Dr. Antonio de Barros Vieira Cavalcanti accettato a nomeação, feita pelo Decreto n. 114 de 3 de Abril do corrente anno, para o referido cargo.

Palacio da Presidencia do Estado do Paraná, em 27 de Maio de 1905.

JOÃO CANDIDO FERREIRA.—*Francisco Gutierrez Beltrão.*

N. 224 de 2 de Junho de 1905.—O Dr. João Candido Ferreira, 1º Vice-Presidente do Estado do Paraná, attendendo ao que lhe requerem o agrimensor João Candido da Silva Muricy, fiscal da iluminação publica desta capital e tendo em vista o attestado medico apresentado, resolve conceder-lhe, na forma da lei, 30 dias de licença para tratamento de sua saude, onde lhe convier.

Palacio da Presidencia do Estado do Paraná, em 2 de Junho de 1905.

JOÃO CANDIDO FERREIRA.—*Francisco Gutierrez Beltrão.*

N. 302 de 29 de Julho de 1905.—O 1.º Vice-Presidente do Estado do Paraná usando da autorização que lhe concede a letra G do art. 2.º das Disposições Transitórias da Lei n. 568 de 8 de Abril de 1904, decreta :

Artigo Unico. E' levada á conta da verba «Obras Publicas em geral» a quantia de cento e cinquenta e um contos e quinhentos mil réis, saldo verificado no § 5.º do art. 4.º da referida lei. Revogadas as disposições em contrario.

Palacio da Presidencia do Estado do Paraná, em 29 de Julho de 1905.

JOÃO CANDIDO FERREIRA.—*Francisco Gutierrez Beltrão.*

N. 331 de 31 de Agosto de 1905.—O 1.º Vice-Presidente do Estado do Paraná, attendendo ao que lhe requerer o 2.º official da secção de Terras, da Secretaria de Obras Publicas e Colonisação, José Mathias Ferreira de Abreu, concede licença, sem vencimentos, para tratar de seus interesses onde lhe convier.

Palacio da Presidencia do Estado do Paraná, em 31 de Agosto de 1905.

JOÃO CANDIDO FERREIRA.—*Francisco Gutierrez Beltrão.*

N. 378 de 18 de Outubro de 1905.—O 1.º Vice-Presidente do Estado do Paraná, attendendo ao que lhe requerer o ajudante da Directoria de Obras e Viação da Secretaria de Obras Publicas e Colonisação, Dr. Carlos José da Costa Pimentel, concede-lhe trinta dias de licença, sem vencimentos, para tratar de seus interesses fóra do Estado.

Palacio da Presidencia do Estado do Paraná, em 18 de Outubro de 1905.

JOÃO CANDIDO FERREIRA.—*Francisco Gutierrez Beltrão.*

ACTOS

N. 1. de 18 de Janeiro de 1905. Concede a exoneração solicitada por Tadeus Surscoski, de encarregado da rectificação de lotes da colonia Antonio Olyntho.

N. 2 de 4 de Fevereiro de 1905. Concede a exoneração solicitada por Carlos Otto Jakstiém, do cargo de commissario de terras do 12 commissariado.

N. 3 de 7 de Fevereiro de 1905. Concede 30 dias de licença ao commissario do 14 commissariado de terras.

N. 4 de 7 de Fevereiro de 1905. Concede a exoneração pedida pelo dr. José Niepce da Silva, do cargo de commissario do 1º commissariado de terras.

N. 5 de 2 de Março de 1905. Nomeia Jorge Joppert para o cargo de cobrador da divida colonial do Rio Claro.

N. 6 de 7 de Março de 1905. Nomeia Rodolpho Wolff para o cargo de cobrador da divida colonial de S. Mathens.

N. 6-A de 18 de Março de 1905. Determina que nenhuma rectificação de lote deverá ser feita sem que haja despacho no requerimento apresentado n'esta Secretaria pelo interessado.

N. 7 de 27 de Março de 1905. Nomeia Manoel Agapito Pereira para o cargo de passador da balsa do rio Tibagy, na cidade do mesmo nome, e exonera o que exercia esse cargo.

N. 8 de 1º de Abril de 1905. Nomeia o dr. Conrado Eriksen Filho para proceder á rectificações de lotes nas colonias Rio Verde e Botuquara.

N. 9 de 3 de Abril de 1905. Nomeia Rudolpho Hasselmann para, como commissario *ad-hoc*, proceder a medição do terreno, no municipio de Araucaria, requerido por Jayme Balão.

N. 10 de 5 de Abril de 1905. Nomeia Benedicto Candido e João da Cunha Medina para exercerem os cargos que já occupavam, aquelle o de Continuo e este o de Servente d'esta Secretaria.

N. 11 de 5 de Abril de 1905. E' encarregado Attilio Trevisani dos negocios do 6.º commissariado de terras, por ter o respectivo commissario pedido exoneração.

N. 12 de 17 do Abril de 1905. E' encarregado Zeno Silva dos negocios do 1.º commissariado de terras, por ter o respectivo commissario pedido exoneração.

N. 13 de 5 de Maio de 1905. Nomeia Trajano Carvalho de Madureira para na qualidade de commissario *ad-hoc* proceder á medição da posse S. Roque.

N. 14 de 9 de Maio de 1905. São dispensados dos cargos de cobradores da divida colonial os que não cumpriram o disposto no art. 5.º do Regulamento expedido pelo Decreto n. 236 de 28 de Julho de 1904.

N. 15 de 9 de Maio de 1905. Nomeia João Candido Martins para o cargo de passador de balsa do rio Iguaçu, no logar Cachoeira, do municipio de S. José dos Pinhães, em substituição á Pedro Machado de Oliveira, que é exonerado.

N. 16 de 15 de Maio de 1905. Nomeia Pedro Aloys Scherer para na qualidade de commissario *ad-hoc* proceder á medição de terras requeridas por Antonio dos Santos Brazil e Antonio Barbosa Pinto.

N. 17 de 16 de Maio de 1905. Nomeia Rodolpho Wolff cobrador da divida colonial em S. Mathens.



- N. 18 de 19 de Maio de 1905. Nomeia Arlindo Tavares para proceder a medição de terras posses, no município da Lapa.
- N. 19 de 6 de Junho de 1905. Nomeia Joaquim Lemes do Prado para proceder á melhoração de cinco posses, no município de Ypiranga.
- N. 20 de 6 de Junho de 1905. Nomeia Trajano Madureira para proceder a medições de terras, no município de Ypiranga.
- N. 21 de 6 de Junho de 1905. Nomeia Constantino Mosca para proceder a cinco medições de terras, no município de Ypiranga.
- N. 22 de 6 de Junho de 1905. Nomeia Zeno Silva para proceder a cinco medições de terras, no município de Curytiba.
- N. 23 de 6 de Junho de 1905. Nomeia Genesio de Sá Souto Maior para proceder a cinco medições no município de Curytiba.
- N. 24 de 7 de Junho de 1905. Nomeia Arlindo Tavares para na qualidade de commissario *ad-hoc* proceder a rectificação de lotes da colonia Antonio Olyntho.
- N. 25 de 10 de Junho de 1905. Nomeia o dr. João Paz Raymundo Filho, para proceder á cinco medições de terras no município de Jacarésinho.
- N. 26 de 10 de Junho de 1905. Nomeia João Alfredo Kreeyer para proceder a cinco medições de terras no município de Colombo.
- N. 27 de 10 de Junho de 1905. Nomeia Atilio Trevisani para proceder a cinco medições de terras no município de S. José dos Pinhães.
- N. 28 de 10 de Junho de 1905. Nomeia Zeno Silva para proceder á cinco medições de terras no município de S. José dos Pinhães.
- N. 29 de 12 de Junho de 1905. Nomeia Roberto Regnier para proceder á cinco medições de terras no município de Colombo.
- N. 30 de 16 de Junho de 1905. Nomeia Genesio de Sá Souto-Maior, para proceder a cinco medições de terras no município de Colombo.
- N. 31 de 16 de Junho de 1905. Nomeia Edmundo von Saporiski, para proceder a cinco medições de terras, no município de Santo Antonio do Imbituva.
- N. 32 de 20 de Junho de 1905. Nomeia João Leck commissario *ad hoc* para proceder ás rectificações de lotes da colonia Prudentopolis, quando requeridas pelos interessados e ordenadas por esta Secretaria.
- N. 33 de 27 de Junho de 1905. Nomeia Constantino Mosca, para proceder a cinco medições de terras, no município do Ipiranga.
- N. 34 de 6 de Julho de 1905. Nomeia Roberto Regnier para proceder a quatro medições de terras no município de S. José dos Pinhães.
- N. 35 de 7 de Julho de 1905. Nomeia João Westphalen cobrador da divida colonial no município da Lapa, e José Baptista de Souza para igual cargo no município da Palmeira.
- N. 36 de 18 de Julho de 1905. Nomeia Octavio Carlos de Souza, para proceder a cinco medições de terras, nos municípios de Votuverava e Tamandaré.
- N. 37 de 23 de Julho de 1905. Nomeia Antonio Pamphilo para proceder á verificação de divisas, requerida por Arthur de Souza Ferreira.
- N. 38 de 5 de Agosto de 1905. Nomeia Pedro Prodlik para proceder a cinco medições no município do Assunguy.
- N. 39 de 5 de Agosto de 1905. Nomeia Genesio de Sá Souto Maior para proceder a cinco medições de terras, no município de Bocayuva.
- N. 40 de 5 de Agosto de 1905. Nomeia Alexandre Gutierrez para proceder a cinco medições de terras no município de S. José dos Pinhães.
- N. 41 de 5 de Agosto de 1905. Nomeia Oscar von Meien para proceder a cinco medições de terras no município de Ponta Grossa.
- N. 42 de 5 de Agosto de 1905. Nomeia o Dr. Conrado Erichsen Filho para proceder a rectificação requerida por Theodoro e Pedro Buffon, no município de Ponta Grossa.
- N. 43 de 14 de Agosto de 1905. Nomeia Trajano Madureira para proceder á medição das terras de Antonio Pereira Bastos e outro, no município de Tibagy.
- N. 44 de 24 de Agosto de 1905. Nomeia Seraphim Ferreira do Amaral para o cargo de cobrador da divida colonial, no município do Rio Negro, e João Westphalen para igual cargo no município da Lapa.
- N. 45 de 9 de Setembro de 1905. Nomeia Carlos Thaty para proceder á medição de terras de Jacob Conrado e outros, no município do Imbituva.
- N. 45—A de 14 de Setembro de 1905. Nomeia o engenheiro Joaquim Ferreira do Amaral e Silva para proceder a cinco medições de terras, no município do Rio Negro.
- N. 46 de 14 de Setembro de 1905. Nomeia Fernando Restorff para proceder a cinco medições de terras, no município de Serro Azul.
- N. 47 de 14 de Setembro de 1905. Nomeia Fernando Restorff para o cargo de cobrador da divida colonial, na comarca do Serro Azul.
- N. 48 de 15 de Setembro de 1905. Nomeia Romulo Trevisani para proceder a cinco medições de terras, no município de S. José dos Pinhães.
- N. 49 de 15 de Setembro de 1905. Nomeia Atilio Trevisani para proceder a cinco medições de terras, no município de S. José dos Pinhães.

- N. 50 de 18 de Setembro de 1905. Nomeia Jorge Vergés para proceder a duas medições de terras, no município de Guarapuava.
- N. 51 de 20 de Setembro de 1905. Nomeia Pedro José Maria Bianco para proceder a cinco medições de terras, no município de S. José dos Pinhães.
- N. 52 de 21 de Setembro de 1905. Nomeia Zeno Silva para proceder á locação das linhas divisorias dos excessos verificados em tres posses.
- N. 53 de 23 de Setembro de 1905. Nomeia Attilio Trevisani para, na qualidade de commissario *ad-hoc*, proceder ás rectificações dos lotes das colonias do município de Palmeira, quando requeridas pelos interessados e ordenadas por esta Secretaria.
- N. 54 de 7 de Outubro de 1905. Nomeia Joaquim Lemes do Prado para proceder a cinco medições de terras, no município do Imbitava.
- N. 55 de 7 de Outubro de 1905. Nomeia Antonio Saporiski para proceder a cinco medições de terras, no município de Guarapuava.
- N. 56 de 10 de Outubro de 1905. Nomeia Sebastião Edmundo vos Saporiski para proceder a uma medição de terras, no município de Guarapuava.
- N. 57 de 13 de Outubro de 1905. Nomeia Trajano Madureira para proceder a tres medições de terras no município do Ipyranga.
- N. 58 de 19 de Outubro de 1905. Nomeia o dr. Joaquim Ferreira do Amaral e Silva para proceder a tres medições de terras, no município do Rio Negro.
- N. 59 de 20 de Outubro de 1905. Nomeia o engenheiro Aristides de Oliveira para proceder a cinco medições de terras, no município de Colombo.
- N. 60 de 20 de Outubro de 1905. Nomeia Antonio Pamphilo para proceder a medições no município de Antonina.
- N. 61 de 3 de Novembro de 1905. Nomeia Antonio Gandim para proceder a medição das terras requeridas por Evaristo Martins Franco.
- N. 62 de 13 de Novembro de 1905. Nomeia Reynaldo Parodi para proceder á medição das terras requeridas por Antonio Negrello e outros.
- N. 63 de 13 de Novembro de 1905. Nomeia Reynaldo Parodi para proceder a duas medições de terras, no município de S. José dos Pinhães.
- N. 64 de 14 de Novembro de 1905. Nomeia Pedro Saporiski para proceder a cinco medições de terras, no município de Guarapuava.
- N. 65 de 22 de Novembro de 1905. Nomeia Constantino Mosca para proceder, no município de Conchas, á medição das terras requeridas por Possidonio da Cunha Santos.
- N. 66 de 24 de Novembro de 1905. Nomeia Carlos Leopoldo Philiposwaki para proceder, no município de Ponta Grossa, á medição das terras requeridas por d. Balbina de Carvalho Guimarães.
- N. 67 de 29 de Novembro de 1905. Nomeia Rodolpho Wolff para, como commissario *ad hoc*, proceder ás rectificações de lotes da colonia S. Matheus, quando requeridas pelos interessados e ordenadas por esta Secretaria.



Exercicio de 1904 a 1905

Pagamentos realizados pelas diversas «Verbas»

Verba—EXPEDIENTE

Lei n. 566 de 8 de Abril de 1904, art. 5.º § 1.º	2:500\$000
Mez de Setembro de 1904	
Em favor de Antonio Leopoldo dos Santos, fornecimento conforme conta	116\$200
Ao Porteiro	200\$000
Mez de Outubro	
A' Adolpho Guimarães	112\$500
Ao Porteiro	200\$000
A' Manoel José Gonçalves	156\$000
Mez de Novembro	
A' Adolpho Guimarães.	46\$000
Ao Porteiro	200\$000
Mez de Janeiro de 1905	
Ao Porteiro	200\$000
Mez de Fevereiro	
Ao Porteiro	200\$000
Mez de Março	
Ao Porteiro	269\$300
Mez de Abril	
Ao Porteiro	200\$000
Mez de Maio	
Ao Porteiro	200\$000
Mez de Junho	
Ao Porteiro	400\$000

Verba—PRETOS E PASSAGENS

Lei n. 566 de 8 de Abril de 1904, art. 5.º § 1.º 1:000\$000
 Decreto n. 191 de 8 de Maio de 1905 1:000\$000

Mez de Outubro

A' Estrada de Ferro do Paraná 34\$360

Mez de Novembro

A' Estrada de Ferro do Paraná 187\$180
 A' Estrada de Ferro São Paulo Rio-Grande 11\$600

Mez de Dezembro

A' Estrada de Ferro do Paraná 18\$380

Mez de Janeiro

A' Estrada de Ferro do Paraná 81\$940

Mez de Fevereiro

A' Estrada de Ferro São Paulo-Rio-Grande 37\$940
 A' " " " do Paraná 156\$320

Mez de Abril

A' Estrada de Ferro do Paraná 322\$040
 A' " " " São Paulo Rio-Grande 55\$880

Mez de Maio

A' Estrada de Ferro do Paraná 359\$020

Mez de Julho

A' Estrada de Ferro do Paraná 98\$140
 A' " " " São Paulo - Rio Grande 49\$060

Mez de Agosto

A' Estrada de Ferro do Paraná 254\$800
 Descontado do pessoal 90\$028

Verba—DESPEZAS COM TELEGRAMMAS

Lei n. 566 de 8 de Abril de 1904, art. 5.º § 1.º 500\$000

Mez de Fevereiro

A' Repartição Geral dos Telegraphos 23\$822

Mez de Junho

A' mesma 5\$120

Verba—CATECHESE

Lei n. 566 de 8 de Abril de 1904, art. 5.º § 2.º 3:000\$000

Mez de Setembro

Aos Srs. Fernandes Loureiro & Companhia 654\$800

Mez de Fevereiro

Aos mesmos 260\$210

Mez de Abril

Aos mesmos 215\$950

Mez de Maio

Aos mesmos 234\$550

Mez de Junho

Aos mesmos 608\$360



Verba—EVENTUAES

Lei n. 566 de 8 de Abril de 1904, art. 5.º § 4.º 1:000\$000

Mez de Setembro

Ao chefe de secção—Evaristo Martins Franco 24\$000

Mez de Outubro

Ao official de Justiça da Palmeira 30\$000

Mez de Dezembro

Ao Chefe de Secção, Evaristo Martins Franco, 52\$000

Mez de Maio

Ao Sr. Manoel José Gonçalves. 150\$000

Mez de Junho

Ao Sr. Leão Julio Bielek 85\$000

Mez de Julho

Ao Sr. Carlos Leinig 80\$000

Mez de Agosto

Aos Srs. Fernandes Loureiro & Companhia 86\$300

Ao Sr. Manoel José Gonçalves 10\$000

Aos Srs. Annibal Rocha & Companhia 63\$500

Verba—ILLUMINAÇÃO PUBLICA DA CAPITAL

Lei n. 566 de 8 de Abril de 1904, art. 5.º § 5.º 80:334\$060

1904

Iluminação publica relativa ao mez de Julho	5:530\$200
Fiscalisação	266\$660
Iluminação publica relativa ao mez de Agosto	5:655\$100
Fiscalisação	400\$000
Iluminação publica relativa ao mez de Setembro	5:605\$350
Fiscalisação	350\$000
Iluminação publica relativa ao mez de Outubro	5:115\$550
Fiscalisação	550\$000
Iluminação publica relativa ao mez de Novembro	5:349\$150
Fiscalisação	550\$000
Objectos para o escriptorio da fiscalisação	266\$700
Iluminação publica relativa ao mez de Dezembro	6:428\$070
Fiscalisação	550\$000

1905

Iluminação publica relativa ao mez de Janeiro	5:913\$680
Fiscalisação	550\$000
Iluminação publica relativa ao mez de Fevereiro	6:094\$470
Fiscalisação	550\$000
Iluminação publica relativa ao mez de Março	6:290\$330
Fiscalisação	550\$000
Iluminação publica relativa ao mez de Abril	6:459\$980
Fiscalisação	550\$000
Iluminação publica relativa ao mez de Maio	6:495\$750
Fiscalisação	550\$000
Iluminação publica relativa ao mez de Junho	6:555\$010
Fiscalisação	550\$000

Verba—OBRAS PUBLICAS EM GERAL

Lei n. 566 do 8 de Abril de 1904, art. 5.º § 3.º 311:460\$132
 Decreto n. 302 de 29 de Julho de 1905. 151:500\$000

Semestre de Janeiro á Junho de 1905 e tempo addiccional:

Mez de Janeiro de 1905

Ao Fiscal de Colonias	350\$000
Aos fiscaes de estradas, João Loyola, Gabriel Torres e Jorge Galdino da Costa	750\$000
Gratificação ao Zelador do edificio das Secretarias	40\$000
A' Antonio Stochero, por trez duzias de pranchões	80\$000
A' Lufrido Costa, de acrescimo de serviço na ponte do Tibagy	5:000\$000
Despezas feitas com a inspecção de colonias, pelo respectivo fiscal	105\$000
A' commissão da exposição do Paraná, para pagamento das contas que apresentou	3:000\$000
Folha do pessoal das turmas de conservação das estradas no mez de Dezembro	2:345\$750
Iluminação festiva a 19 de Dezembro	16\$000
Serviços feitos no museu Paranaense	411\$870
Trabalhos diversos executados por André Petrelli nos edificios das Secretarias	6:368\$352
Ao ex-fiscal de colonias (quantia devida)	320\$000
Serviço de diligencias entre Palmas e União da Victoria (mezes de Novembro e Dezembro)	600\$000
A' Gabriel Ribeiro, custas de uma escriptura	51\$000
Conta de viagens em carros, feitas pelo snr Secretario	59\$000
Diversos utensilios para estradas em conservação	104\$400
Contracto de conservação de parte da estrada de Matto Grosso; prestação relativa ao mez de Dezembro	253\$000



Artigos para a turma de conservação da estrada da Lapa	192\$750
Ferragens para a ponte sobre o rio Iguaçu, na estrada da Lapa	116\$000
Condução de pranchões para a estrada do Tiets	49\$224
Idem	62\$756
Serviços nas escolas Oliveira Bello e Carvalho	72\$000
Cavallos para o serviço do Palacio do Governo	201\$710

Mez de Fevereiro

Gratificação ao fiscal de colonias	900\$000
Fiscalização das estradas de rodagem (3 fiscaes)	900\$000
Ao zelador do edificio	40\$000
Serviços diversos prestados por Francisco Graciano	43\$320
Objectos fornecidos ao Palacio do Governo	544\$400
Cavallariças de Palacio	1.888\$850
Conta apresentada por J. Azulay & Comp. de serviços para o Palacio do Governo	490\$000
Movéis e diversos objectos fornecidos para o Palacio.	396\$000
Transporte de caixões	44\$000
Folha de trabalhadores da estrada do Serro Azul.	857\$000
Serviço de diligencia entre Pirahy e Jaguariahyva	266\$667
Dez duzias de pranchões	200\$000
Mac-adam	551\$000
Madeiras para as pontes e pontilhões da estrada da Lapa	2.169\$041
Folha de trabalhadores nas estradas	1.940\$670
Madeiras para boeiros na estrada do Serro Azul	60\$500
Um tapete para o Superior Tribunal de Justiça	070\$000
Dez duzias de pranchões	100\$000
Dous telephones	400\$000
Trabalhos mandados executar na estrada de S. José da Boa Vista a Jaguariahyva	188\$350
Saldo da reconstrução da estrada do Ourinho.	18.271\$268
Ferramentas para a turma da estrada do Serro Azul	213\$000
Para a construção do Jardim da Infancia	2.000\$000

Mez de Março

Ao fiscal de colonias	300\$000
Aos 3 fiscaes de estradas	900\$000
Serviços executados na Secretaria de Obras Publicas	100\$000
Ao zelador	40\$000
Madeiras fornecidas por Tiburcio Martins	56\$160
A' Gino Zanchetta	976\$000
Serviços no Quartel do Regimento de Segurança	241\$300
Para construção do Necrotorio Publico	2.000\$000
Gastos feitos pelo fiscal de colonias	80\$000
A' José Sanches, pela pintura de portas na Secretaria	24\$000
Conservação de parte da estrada de Matto Grosso, por contracto; duas prestações	506\$000
Alugueis de carros	172\$000
Folha do pessoal das estradas em conservação	2.745\$000
Saldo de contas de ajardinamento do pateo do Gymnasio	200\$000
Para a construção do Jardim da Infancia	2.000\$000
Reparos em pontes e pontilhões na estrada de S. José das Pinhaes	2.832\$732
Conservação da estrada de Campina Grande	456\$000
Condução de material para a turma de conservação da estrada do Serro Azul	30\$000
Segunda e última prestação de auxilio para construção de uma casa escolar em Ponta Grossa	5.000\$000
Com a construção do Necrotorio	1.500\$000
Objectos para Palacio	5.163\$400
Duas prestações pelo serviço de diligencias entre o Porto da União e Palmas	600\$000
Ferramentas para a turma da estrada do Serro Azul	450\$700
Turma de conservação da estrada do Tiets	863\$652
Obras executadas no edificio do grupo escolar «Dr. Xavier da Silva»	3.858\$325
Carro para Palacio	2.500\$000
Impressão de aplices e diversos objectos necessarios para o Palacio da Presidencia	4.033\$000
Exame na usina da Empreza de Electricidade	300\$000
Diarias de empregados da Secretaria	330\$000
Construção da ponte sobre o rio S. João	3.650\$000
Quatro duzias de pranchões	110\$000

Mez de Abril

Para a construcção do Jardim da Infancia	4:000\$000
As fiscal de colonias	300\$000
A' dous fiscaes de estradas	600\$000
Inspeção de colonias	50\$000
Impressão do relatório do Secretario de Obras Publicas	720\$000
Por conta da reconstrucção da ponte sobre o rio Jaguaricatú	3:000\$000
Objectos para esta Secretaria	447\$400
A um fiscal de estradas	300\$000
Gratificação ao Zelador,	40\$000
A' Francisco Graciano por diversos serviços	100\$000
Iluminação festiva	32\$000
Para construcção do Necroterio	1:500\$000
Despezas com a bibliotheca de Palacio	1:200\$000
Trabalhos no edificio do Regimento de Segurança	1:324\$200
Folha de trabalhadores das estradas	3:063\$000
Para propaganda	6:000\$000
Folha de trabalhadores na estrada de Campina Grande	80\$000
Reparos na cadeia do Rio Negro	1:180\$374
Mao-adam	435\$000
Saldo pela construcção do grupo escolar Dr. Xavier do Silva	38:343\$820
Reconstrucção do pontilhão sobre o rio Arujá	103\$500
Conservação de um trecho, por contracto, da estrada de Matto Grossa	253\$000
Diligencias entre o Porto da União e Palmas	300\$000
Serviços em Palacio	220\$000
Trabalhos de carpintaria, executados por Valentim Frederico Jorge	80\$000

Mez de Maio

Para construcção do Jardim da Infancia	5:000\$000
Fiscaes de estradas	900\$000
As zelador	40\$000
As fiscal das estradas do norte	440\$000
As fiscal de colonias	300\$000
Madeiras para a estrada do Serro Azul	207\$500
Primeira prestação pela construcção da casa escolar da Lapa	2:339\$317
Trabalhos no Regimento de Segurança	1:243\$075
Mao-adam	971\$500
Serviços prestados por Francisco Graciano	60\$000
Espalhamento de mao-adam	37\$500
Conservação, por contracto, de um trecho da estrada de Matto Grosso.	253\$000
Madeira para um pontilhão na estrada do Tietê	150\$600
Madeira para cinco boeiros na estrada da Campina Grande	60\$000
Madeira para uma ponte na estrada de Mandirituba	254\$460
A' Augusto Butz; carros fornecidos para diversas viagens	94\$000
Tóros de imbuia para propaganda	375\$000
Objectos para esta Secretaria	1:022\$000
As photographo da Policia, em virtude do Dec n. 298 de 8 de Agosto de 1904	600\$000
Primeira prestação pela reconstrucção da ponte sobre o rio Bariguy	2:500\$000
Serviços de reconhecimento	1:000\$000
50 maços de pregos	58\$000
Ferragens para a ponte sobre o rio Iguassú, na estrada da Lapa	433\$000
Folha de pessoal das estradas em conservação	2:604\$000
Assignatura, por um anno, de 5 aparelhos telephonicos	360\$000
Abono para os passadores de balsas, durante o anno	6:000\$000
Uma bussola	50\$000
Saldo de contas da construcção do Jardim da Infancia	4:400\$000
Segunda prestação pela construcção da ponte sobre o rio Bariguy	2:000\$000

Mez de Junho

Fiscal de colonias	300\$000
As fiscaes de estradas	1:500\$000
Zelador	40\$000
Espalhamento de mao-adam	363\$750
Installação de campanhas electricas n'esta Secretaria	131\$000
Trabalhos no Quartel do Regimento de Segurança	1:264\$400



Turma da estrada do Itararé	351\$000
Uma aneroide	45\$000
Diversos objectos para esta Secretaria	40\$000
Prestação relativa á construção da estrada de S. José da Boa Vista	3.000\$000
Pranchões empregados na estrada de Matto Grosso	27\$000
Conservação, por contracto, de um trecho da estrada de Matto Grosso	25\$000
Mac-adam	72\$400
Reconstrução de um pontilhão na estrada de Matto Grosso	323\$000
Ao cabo Roxael dos Santos	20\$000
Folha do pessoal das estradas da Lapa, Serro Azul, Matto-Grosso e C. Grande	2.152\$000
Saldo de conta com um reconhecimento no municipio do Rio Negro	10\$800
Diligencias entre Pirahy e Jaguariahya, durante os tres primeiros mezes do anno.	400\$000
Concertos de ferramentas	46\$200
Calçamento das ruas Garibaldi e Barão do Serro Azul.	388\$550
Diversos serviços executados por André Petrelli.	247\$500
Serviços extraordinarios e urgentes na estrada de Guarapuava	1.313\$870
Diligencias entre União da Victoria e Palmas.	600\$000

Tempo adicional

Diversos serviços na secção de fiscalisação	330\$000
Ao Zelador	40\$000
Diarias á empregados d'esta Secretaria.	360\$000
Ao cabo Roxael dos Santos	20\$000
Conservação, por contracto, de um trecho da estrada de Matto Grosso	259\$000
Ao fiscal de colonias	300\$000
Aos fiscaes de estradas.	1.500\$000
Espalhamento de mac-adam	104\$500
Trabalhos feitos no Quartel do Regimento de Segurança	1.000\$000
Construção da ponte sobre o rio Atuba, na estrada da Graciosa	749\$490
Serviços diversos na secção de fiscalisação	200\$000
Folha do pessoal de estradas em conservação	2.378\$750
Providencias para garantia da ponte sobre o Iguassú, na estrada de S. José dos Pinhães, por occasião dos grandes temporaes	87\$000
Reparos nas pontes sobre os rios Pugas e Cascavel.	295\$000
Doas secretarias para a Directoria de Obras e Viação	180\$000
Trabalhos executados na estrada do Serro Azul, entre os km 0 e 45	379\$320
Idem na estrada de Colombo	312\$988
Acquisição de uma canoa para o passo do rio Pntinga	166\$500
Despezas com a inspecção da estrada de Guarapuava e ponte, sobre o rio Tibagy	119\$440
Madeiramento para a ponte sobre o rio Iguassú, em Arancaria	500\$240
Despezas feitas pelo desenhista em serviço d'esta Secretaria.	70\$000
Auxilio concedido ao Smr. Prefeito Municipal de Palmas para construção da ponte sobre o rio D. Joaquina	500\$000
Objectos fornecidos para esta Repartição	124\$300
Por conta da construção da ponte sobre o rio Jaguaricatu	5.000\$000
Serviços na casa escolar de Antonina	962\$892
Uma machina de escrever	600\$000
Serviços feitos em Palacio	130\$000
Atterros e valletas na estrada da Roseira no estivado da margem do rio Itaguay	142\$693
Construção de um pontilhão sobre o rio Miringuava, na estrada de Cachoeira	807\$456
Prestação relativa á estrada de Jaguariahya e muros conjugados do Itararé.	6.000\$000
Inspeção de colonias	110\$000
Acquisição de uma canoa para o rio Assunguy.	150\$000
Saldo pela construção do Necroterio	5.245\$737
Mac-adam	800\$000
Diligencias entre Pirahy e Jaguariahya, mezes de Abril á Junho	400\$000
Madeiras para a estrada de Piraquara.	28\$800
Saldo de contas do grupo escolar da Lapa.	3.293\$633
Calçamento em volta do grupo escolar da Lapa.	816\$550
A acrescimos na ponte sobre o rio Jaguaricatu	219\$920
Levantamento topographico da estrada do Jaguariahya.	683\$000
Material para a turma de levantamento da estrada de Jaguariahya	51\$000
Um sextante	40\$000
Saldo de conta de carros vendidos para o Palacio da Presidencia	300\$000
Auxilio para os reparos da estrada de Ponta Grossa á Guarapuava, muitissimo damnificada por occasião dos temporaes	2.000\$000

Materias para quatro pontilhões na estrada do Tietê	617\$160
Serviços feitos na estrada do Tietê	52\$500
Diligencias de União da Victoria á Palmas	300\$000
Diferença entre a renda da barreira de Conchas, no exercicio passado, e a quantia a que tem direito o contractante da construcção da ponte sobre o rio Tibagy	4:087\$700
Publicação do livro «A Exposição»	528\$000

Observação. Os pagamentos requisitados durante o primeiro semestre do exercicio, constam do relatorio apresentado em 31 de Dezembro de 1904 ao Exmo. Snr. Dr. Presidente do Estado.